

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EX-ANTE

do

PRO-EMPREGO

DO PROGRAMA OPERACIONAL PARA O EMPREGO

DO FUNDO SOCIAL EUROPEU

PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

2007-2013

Dezembro de 2006

Quatenaire Portugal

Índice

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO GLOBAL DA ESTRATÉGIA DO P.O.....	5
2.1.	Relevância	5
2.2.	Pertinência	9
2.3.	Coerência Interna.....	32
2.4.	Coerência Externa	42
2.5.	Utilidade global	83

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento sistematiza os resultados do processo de avaliação ex-ante, do PROGRAMA OPERACIONAL PARA O EMPREGO, do Fundo Social Europeu para a Região Autónoma dos Açores para o período 2007-2013, PRO-EMPREGO.

A avaliação ex-ante seguiu os princípios orientadores oportunamente divulgados pela Comissão Europeia e pela estrutura de coordenação dos trabalhos do QREN 2007-2013.

O objectivo central do trabalho é contribuir para a melhoria do processo de programação e para a optimização da afectação dos recursos financeiros.

A avaliação deverá produzir resultados a dois níveis: a avaliação da adequação global da estratégia do Programa e a avaliação do sistema global de implementação.

No primeiro domínio (adequação global da estratégia), as questões de avaliação organizam-se em função de considerações de:

- Relevância dos objectivos do PO;
- Pertinência dos tipos de intervenção consignados;
- Coerência interna do sistema de objectivos;
- Coerência externa com as políticas nacionais e orientações comunitárias.

O segundo domínio organiza-se em torno de temas de avaliação que veiculam alguma novidade em relação a períodos de programação anteriores. Aí se desenvolvem as questões respeitantes à consistência do modelo de governação do

PO, dedicando-se especial atenção à concepção e construção de um novo sistema de indicadores de suporte e à avaliação da coerência entre missão a desempenhar pelo PO e a dimensão dos recursos envolvidos. Esta segunda componente está em desenvolvimento devendo ser apresentada na próxima versão deste documento.

A metodologia de avaliação centrou-se na recolha de informação de fontes documentais e estatísticas da RAA e num processo de entrevistas as representantes de uma amostra relevante de instituições regionais que actuam no domínio da educação/formação profissional, mercado de trabalho, intervenção social e sistema científico.

2. AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO GLOBAL DA ESTRATÉGIA DO P.O.

2.1. Relevância

A análise da relevância deverá dar resposta à seguinte questão:

Os objectivos do Programa são (os mais) relevantes face ao diagnóstico de partida?

O diagnóstico apresentado no documento de programação do Fundo Social Europeu para a RAA no próximo período de programação incidiu nas dimensões económica, social, educativa e do emprego do contexto açoriano pelo que permitiu a identificação dos principais obstáculos ao desenvolvimento da região autónoma dos Açores. São eles:

- (i) a baixa competitividade do tecido económico;
- (ii) os resultados do sistema educativo e formativo ainda aquém do necessário em termos de níveis de qualificações;
- (iii) a persistência de algumas bolsas de exclusão social; e
- (iv) a eficiência da administração pública regional e local aquém do possível.

O programa operacional FSE para a RAA para o período 2007-2013 tem um alcance mais vasto do que o desenhado para o ainda actual período de programação. Incorpora dois novos objectivos gerais, a que associa um maior número e diversidade de tipologias de projecto e, consequentemente, de públicos-alvo e potenciais beneficiários.

O programa desenhado assume como desígnio “colocar a intervenção FSE ao serviço das políticas públicas e da valorização do empreendedorismo com vista ao desenvolvimento e à competitividade da RAA” e estrutura-se nos seguintes objectivos globais:

1. Apoiar processos de modernização do tecido produtivo através do fomento do emprego qualificado, da aprendizagem ao longo da vida e do empreendedorismo;
2. Apoiar a estruturação do sistema de ciência e tecnologia e criar condições para a sua crescente aproximação ao tecido empresarial;
3. Fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis a partir da promoção das suas condições de inclusão social.

De um modo geral, a estratégia desenhada para a intervenção do FSE na Região ao longo dos próximos 7 anos constitui uma resposta favorável ao cumprimento do desígnio e dos objectivos definidos, isto porque:

- Responde em grande medida às recomendações realizadas em sede de (actualização) avaliação intercalar do PRODESA 2000-2006;
- Assume objectiva e explicitamente a necessidade da intervenção FSE ter um contributo decisivo para a criação de condições favoráveis a um novo ciclo de desenvolvimento da economia açoriana, baseado em objectivos de excelência, de novas condições de enquadramento geo-estratégico associadas à valorização do conhecimento e da inovação, de qualificação

generalizada de pessoas e instituições e de disseminação de novas práticas de empreendimento e de iniciativa;

- A estratégia proposta está ainda na linha de adaptar às condições estruturais penalizadoras da ultra-periferia, políticas em que o conhecimento, a inovação para a competitividade e as novas tecnologias da informação e da comunicação possam progressivamente completar e enriquecer o valioso esforço de investimento em infra-estruturas que os ciclos de programação anteriores têm desenvolvido no sentido de combater o isolamento e a fragmentação territorial.

No entanto, a equipa de avaliação salienta o facto de ser assumida estrategicamente pelo Programa uma perspectiva instrumental da formação profissional de dupla certificação, atribuindo-lhe uma lógica de resposta às necessidades do mercado de trabalho e colocando-a ao serviço do desenvolvimento económico regional, tendo sido moderada a ambição de combate ao insucesso e abandono escolar. Deste modo, o programa atenua a sua actuação a este nível apesar de implícita e indirectamente contribuir para a elevação dos níveis de escolarização da população por via da oferta variada de percursos educativos/formativos que permitem aos jovens encontrar uma resposta mais adequada às suas necessidades e desse modo obter maior sucesso. Para além disso, em sede de orçamento regional é sempre possível canalizar recursos adicionais para abordar mais compreensivamente esta questão.

Em suma, da apreciação da relação existente entre os problemas e os objectivos decorre que, de um modo geral, exceptuando o aspecto já referido anteriormente, os objectivos do programa reúnem potencial para dar resposta às necessidades identificadas na Região, sobretudo, em matéria de empregabilidade e empreendedorismo, fomentando inclusivamente a melhoria de igualdade de oportunidades entre géneros e para os mais jovens. Do ponto de vista da promoção das condições para a inclusão social, o programa também define intervenções que conduzam à prossecução desse fim, por via do fomento da empregabilidade dos públicos mais fragilizados.

A promoção da modernização e da inovação empresarial, associada à qualificação dos activos também se espera que venha a contribuir positivamente para incrementar a competitividade da economia regional.

2.2. Pertinência

O desenvolvimento deste ponto tem como objectivo responder à seguinte questão:

As formas de intervenção previstas no Programa são as mais pertinentes para superar pontos fracos e ameaças e potenciar pontos fortes e oportunidades?

Este ponto do relatório inicia-se com a sistematização da situação de partida da região no formato de uma matriz SWOT. De seguida é apreciado o contributo esperado das intervenções programadas para a potenciação dos pontos fortes e das oportunidades e para a superação dos pontos fracos e ameaças.

É ainda apresentada uma sistematização de algumas aprendizagens desenvolvidas no passado, decorrentes da execução de algumas intervenções ao abrigo do PRODESA e de outros programas operacionais relevantes do ponto de vista da similitude dessas intervenções com as intervenções definidas para o PRO-EMPREGO, FSE dos Açores.

É descrito um conjunto de pressupostos internos e externos que, do ponto de vista da Equipa de Trabalho, devem vir a ser garantidos pelo Programa a fim de incrementar a eficácia da intervenção e de reduzir o risco da mesma.

↳ SWOT

A aplicação da técnica SWOT permite realizar uma síntese da situação de partida em que a Região se encontra no que se refere aos domínios de intervenção directa

do Fundo Social Europeu ou a domínios que não sendo de intervenção directa deste fundo (como os domínios materiais, que requerem investimento físico) com eles se relacionam de forma estreita. Assim sendo, de seguida apresenta-se uma matriz que contempla os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças regionais.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>PFo.1. Boa dinâmica de criação de emprego</p> <p>PFo.2. Baixa taxa de desemprego</p> <p>PFo.3. Existência de reservas de mão-de-obra na região (feminina e jovem)</p> <p>PFo.4. Visibilidade do sistema de formação inicial, decorrente da diversidade das modalidades formativas e da boa penetração da rede de oferta formativa no território</p> <p>PFo.5. Melhorias nas taxas de escolarização da população jovem</p> <p>PFo.6. Produção regular de referenciais a partir de diagnósticos de necessidades de formação do tecido empresarial</p> <p>PFo.7. Produção de documentos de orientação estratégica nos grandes domínios de intervenção programados: emprego, educação, C&T, desenvolvimento social</p> <p>PFo.8. Existência de recursos ao nível da criação de conhecimento – Universidade dos Açores – em algumas áreas de excelência para a economia regional</p> <p>PFo.9. Elevada experiência do INOVA na dinamização e modernização do tecido empresarial</p> <p>PFo.10. Existência de alguns modelos de boas práticas de gestão empresarial passíveis de replicação decorrente da experiência de grupos económicos consolidados de origem regional</p> <p>PFo.11. Equilibrada distribuição territorial dos</p>	<p>PFr.1. Dinâmica de criação de emprego fortemente dependente do sector público</p> <p>PFr.2. Cristalização do desemprego de longa duração</p> <p>PFr.3. Persistência de taxas de abandono e insucesso escolar elevadas</p> <p>PFr.4. Aposta débil na formação de activos e nas políticas de ALV</p> <p>PFr.5. Debilidades na qualidade das qualificações profissionais produzidas</p> <p>PFr.6. Falta de reconhecimento e de valorização das qualificações profissionais pelo tecido empresarial</p> <p>PFr.7. Necessidade de aprofundamento metodológico de adequação entre a oferta e a procura de formação profissional a nível local</p> <p>PFr.8. Indefinição quanto à evolução do actual modelo de desenvolvimento turístico</p> <p>PFr.9. Práticas de gestão empresarial assente num modelo de baixos salários</p> <p>PFr.10. Escassa intervenção dirigida à modernização e valorização de competências das PME</p> <p>PFr.11. Fraca articulação entre a UA e o tecido</p> <p>PFr.12. Reduzida tradição de um modelo de parcerias público-privadas, em especial no que respeita à política de desenvolvimento tecnológico dos Açores</p>

<p>serviços sociais</p> <p>PFo.12. Estrutura etária da população com elevada representação de escalões etários jovens</p>	<p>PFr.13. Índices de desenvolvimento social aquém da média nacional e elevadas assimetrias socio-económicas internas</p> <p>PFr.14. Elevado recurso ao RSI como complemento aos baixos salários</p> <p>PFr.15. Elevada expressão de escalões etários jovens entre a população afectada pela pobreza</p> <p>PFr.16. Insuficiente formação profissional contínua dos técnicos da área social, do emprego e da educação/formação</p> <p>PFr.17. Repulsão da Região não conseguindo fixar e/ou atrair residentes e em particular recursos humanos qualificados</p> <p>PFr.18. Capacidade técnica limitada das entidades do sector social na execução dos procedimentos administrativos associado ao FSE e na engenharia de projecto</p> <p>PFr.19. Serviços públicos pouco acessíveis a parte da população</p> <p>PFr.20. Insuficiente aproveitamento das funcionalidades da plataforma digital do governo regional</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>O.1. Crescente tendência global para o desenvolvimento de redes internacionais de conhecimento, nas quais a RAA poderá intensificar a sua participação</p> <p>O.2. Contributo da rápida disseminação de redes digitais associadas à sociedade do conhecimento para a redução do isolamento das actividades do sector privado e do sector público</p> <p>O.3. Reforço de financiamento para a Região decorrentes das novas orientações do QREN, nomeadamente FSE</p> <p>O.4. Crescente valorização internacional do eco-turismo com potenciais reflexos no crescimento do sector a nível regional</p> <p>O.5. Crescente procura nos mercados de produtos</p>	<p>A.1. A afirmação de economias de escala no contexto global tende a acentuar os custos de entrada no mercado externo e, conseqüentemente, a reduzida dimensão da economia regional</p> <p>A.2. As alterações perspectivadas ao nível da lei de finanças regionais e eventual decréscimo do contributo nacional para a região</p> <p>A.3. Política de repatriamento de imigrantes utilizada sobretudo pelos EUA e pelo Canadá acentua a entrada no território açoriano de indivíduos em situação de exclusão social</p>

<p>alimentares de elevado valor acrescentado, com potenciais reflexos no crescimento e diversificação das actividades do sector primário na região</p> <p>O.6. Potencial crescimento das actividades associadas à prestação de serviços de proximidade e à comunidade, decorrentes das tendências ocidentais associadas ao envelhecimento populacional e à crescente participação da mulher no mercado de trabalho</p>	
---	--

As tipologias e sub-tipologias de projecto previstas no programa evidenciam um forte potencial para a maximização dos pontos fortes e atenuação dos pontos fracos no mercado de trabalho regional.

O visível reforço das intervenções destinadas à aprendizagem ao longo da vida representa uma expectável atenuação das insuficiências encontradas a esse nível na população açoriana. Destaque-se que a programação incorpora tipologias de projecto de formação inicial, de formação em contexto de trabalho de apoio à transição para a vida activa ou de reintegração na mesma, de formação avançada para promover a existência de quadros altamente qualificados na região e de formação continua de activos ou de não activos. Paralelamente, a intervenção incorpora a preocupação com a garantia da certificação das competências profissionais e escolares adquiridas, quer por via de um apoio concentrado na oferta formativa de dupla certificação quer por via do enquadramento de apoio ao funcionamento dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

É, igualmente, expectável que as intervenções programadas potenciem os pontos fortes do tecido empresarial, nomeadamente que promovam condições de replicação das boas práticas existentes na região.

A este nível espera-se ainda que as intervenções contribuam para minorar as práticas de gestão empresarial assente em salários baixos, para modernizar e valorizar as competências das PME's, bem como para promover uma articulação mais sistemática e estratégica entre a universidade dos Açores e o tecido empresarial.

O fomento do empreendedorismo advirá da disseminação de comportamentos e práticas empreendedoras e da formação dos agentes de desenvolvimento e de suporte às políticas de apoio à coesão. A intervenção contempla ainda a formação avançada de apoio a projectos de empreendedorismo de base tecnológica e o apoio à disseminação de acções de empreendedorismo de necessidade. Trata-se de uma panóplia de intervenções com uma articulação sistémica adequada e que procura rentabilizar o potencial empreendedor da região através de várias frentes e gerando oportunidades para diferentes públicos. Esta referência é crucial, na medida em que se sabe serem diferentes as metodologias de formação para o empreendedorismo consoante os públicos envolvidos.

Observa-se um forte potencial contributo do programa para o incremento da empregabilidade da população socialmente desfavorecida e que inter-cruza várias intervenções e não apenas as inscritas no eixo social.

As tipologias de projecto com maior capacidade de actuação sobre os pontos fracos assinalados na SWOT são:

- no objectivo 1, domínio de intervenção 3, a tipologia 32 – formação profissional inter-empresas porque visa apoiar a modernização e desenvolvimento de micro empresas e PME em condições de sustentabilidade, intervindo sobre as organizações e sobre os seus recursos humanos. Esta dupla frente de actuação dá uma elevada consistência na sua intervenção, esperando-se que venha a contribuir para a atenuação de diversos pontos fracos;
- no objectivo 2, domínio de intervenção 4, a tipologia 42 – Formação avançada, pela capacidade de promoção de competências que tem subjacente a partilha e intercâmbio de conhecimentos, metodologias e práticas decorrente dos estágios, bem como pelo impulso dado ao empreendedorismo de base tecnológica;
- no objectivo 3, domínio de intervenção 6, são as tipologias 61 – Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população da população açoriana, 62 - Projectos piloto de formação-acção para a inclusão social e 64 – Qualificação para a modernização das organizações do terceiro sector que demonstram um maior potencial, três tipologias que em consonância e se promovidas articuladamente poderão dar um forte contributo para a promoção de uma sociedade açoriana socialmente mais inclusiva.

Matriz do contributo das tipologias de projecto para a potenciação dos pontos fortes

Pontos Fortes	Medidas														Total
	T1.1	T1.2	T2.1	T2.2	T3.2	T3.1	T4.1	T4.2	T5.1	T5.2	T6.1	T6.2	T6.3	T6.4	
PFo.1. Boa dinâmica de criação de emprego	1	2	1	2	1	3	0	1	1	0	1	1	3	1	18
PFo.2. Baixa taxa de desemprego	2	2	2	2	1	3	0	1	1	0	2	2	3	1	22
PFo.3. Existência de reservas de mão-de-obra na região (feminina e jovem)	2	2	1	3	1	3	0	1	1	0	2	2	3	1	22
PFo.4. Visibilidade do sistema de formação inicial, decorrente da diversidade das modalidades formativas e da boa penetração da rede de oferta formativa no território	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
PFo.5. Melhorias nas taxas de escolarização da população jovem	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	7
PFo.6. Produção regular de referenciais a partir diagnósticos de necessidades de formação do tecido empresarial	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	6
PFo.7. Produção de documentos de orientação estratégica nos grandes domínios de intervenção programados: emprego, educação, C&T, desenvolvimento social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PFo.8. Existência de recursos ao nível da criação de conhecimento - Universidade dos Açores - em algumas áreas de excelência para a economia regional	0	0	0	0	2	0	3	1	1	0	0	0	0	0	7
PFo.9. Elevada experiência do INOVA na dinamização e modernização do tecido empresarial	0	0	0	0	3	3	3	2	2	0	0	0	0	0	13
PFo.10. Existência de alguns modelos de boas práticas de gestão empresarial passíveis de replicação decorrente da experiência de grupos económicos consolidados de origem regional	0	1	0	1	2	3	3	1	0	0	0	0	0	0	11
PFo.11. Equilibrada distribuição territorial dos serviços sociais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
PFo.12. Estrutura etária da população com elevada representação de escalões etários jovens	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Total	12	8	7	11	10	15	9	7	6	2	8	6	11	3	

Legenda: Contributo:

0 - Nulo

1 - Pouco significativo

2 - Significativo

3 - Muito significativo

Matriz do contributo das medidas para a potenciação das oportunidades

Oportunidades	Medidas														Total
	T1.1	T1.2	T2.1	T2.2	T3.1	T3.2	T4.1	T4.2	T5.1	T5.2	T6.1	T6.2	T6.3	T6.4	
O.1. Crescente tendência global para o desenvolvimento de redes internacionais de conhecimento, nas quais a RAA poderá intensificar a sua participação	0	0	0	0	0	0	3	3	0	1	0	0	0	0	7
O.2. Contributo da rápida disseminação de redes digitais associadas à sociedade do conhecimento para a redução do isolamento das actividades do sector privado e do sector público	0	0	0	0	0	2	0	0	3	2	0	0	0	0	7
O.3. Reforço de financiamento para a Região decorrentes das novas orientações do QREN, nomeadamente FSE	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	42
O.4. Crescente valorização internacional do eco-turismo com potenciais reflexos no crescimento do sector a nível regional	1	1	1	1	2	0	3	1	0	0	0	0	0	0	10
O.5. Crescente procura nos mercados de produtos alimentares de elevado valor acrescentado, com potenciais reflexos no crescimento e diversificação das actividades do sector primário na região	1	1	1	1	2	0	3	1	0	0	0	0	0	0	10
O.6. Potencial crescimento das actividades associadas à prestação de serviços de proximidade e à comunidade, decorrentes das tendências ocidentais associadas ao envelhecimento populacional e à crescente participação da mulher no mercado de trabalho	1	0	1	0	3	0	0	1	1	0	0	0	2	2	11
Total	6	5	6	5	10	5	12	9	7	6	3	3	5	5	

Legenda: Contributo:

0 - Nulo

1- Pouco significativo

2 - Significativo

3 - Muito significativo

Matriz do contributo das medidas para a atenuação dos pontos fracos

Pontos Fracos	Medidas																Total
	T1.1	T1.2	T2.1	T2.2	T3.1	T3.2	T4.1	T4.2	T5.1	T5.2	T6.1	T6.2	T6.3	T6.4			
PFr.1. Falta de dinâmica de criação de emprego fortemente dependente do sector público	1	2	1	2	3	1	1	1	1	0	1	1	2	1	18		
PFr.2. Cristalização do desemprego de longa duração	0	0	0	0	2	0	0	0	1	1	2	2	3	1	12		
PFr.3. Persistência de taxas de abandono e insucesso escolar elevadas	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3		
PFr.4. Aposta débil na formação de activos e nas políticas de ALV	1	1	3	0	1	3	0	3	3	0	3	3	0	1	22		
PFr.5. Debilidades na qualidade das qualificações profissionais produzidas	1	1	2	0	0	2	0	2	1	0	1	1	0	1	12		
PFr.6. Falta de reconhecimento e de valorização das qualificações profissionais pelo tecido empresarial	1	2	1	0	0	2	1	2	1	0	1	1	0	0	12		
PFr.7. Necessidade de aprofundamento metodológico de adequação entre a oferta e a procura de formação profissional a nível local	2	0	2	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	9		
PFr.8. Indefinição quanto à evolução do modelo de desenvolvimento turístico	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	4		
PFr.9. Práticas de gestão empresarial assente num modelo de baixos salários	0	0	1	1	0	2	0	2	1	0	0	0	0	0	7		
PFr.10. Escassa intervenção dirigida à modernização e valorização de competências das PME	1	1	1	1	1	3	3	2	2	0	1	1	0	0	17		
PFr.11. Fraca articulação entre a UA e o tecido empresarial	0	0	0	0	0	2	3	3	3	0	0	0	0	0	11		
PFr.12. Reduzida tradição de um modelo de parcerias público-privadas, em especial no que respeita à política de desenvolvimento tecnológico dos Açores	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	4		
PFr.13. Índices de desenvolvimento social aquém da média nacional e elevadas assimetrias socio-económicas internas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	2	21		
PFr.14. Elevado recurso ao RSI como complemento aos baixos salários	0	0	2	2	0	2	0	0	1	0	2	2	2	2	15		
PFr.15. Elevada expressão de escalões etários jovens entre a população afectada pela pobreza	3	3	1	1	2	1	0	0	1	0	1	1	1	1	16		
PFr.16. Insuficiente formação profissional contínua dos técnicos da área social, do emprego e da educação/formação	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	7		
PFr.17. Repulsão da Região não conseguindo fixar e/ou atrair residentes e em particular recursos humanos qualificados	0	0	0	2	2	0	2	3	0	0	0	0	0	0	9		
PFr.18. Capacidade técnica limitada das entidades do sector social na execução dos procedimentos administrativos associado ao FSE e na engenharia de projecto	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3	6		
PFr.19. Serviços públicos pouco acessíveis a parte da população	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3		
PFr.20. Insuficiente aproveitamento das funcionalidades da plataforma digital do governo regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3		
Total	13	11	19	10	12	21	15	22	19	10	16	16	11	16			

Legenda: Contributo:
0 - Nulo
1 - Pouco significativo
2 - Significativo
3 - Muito significativo

Matriz do contributo das medidas para a atenuação das ameaças

Ameaças	Medidas														Total
	T1.1	T2.1	T3.2	T3.1	T1.2	T2.2	T4.1	T4.2	T5.1	T5.2	T6.1	T6.2	T6.3	T6.4	
A.1. A afirmação de economias de escala no contexto global tende a acentuar os custos de entrada no mercado externo e, consequentemente, a reduzida dimensão da economia regional	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	3
A.2. As alterações perspectivadas ao nível da lei de finanças regionais e eventual decréscimo do contributo nacional para a região	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
A.3. Política de repatriamento de imigrantes utilizada sobretudo pelos EUA e pelo Canadá acentua a entrada no território açoriano de indivíduos em situação de exclusão social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	2	2	9
Total	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	2	3	2	2	

Legenda: Contributo:

0 - Nulo

1 - Pouco significativo

2 - Significativo

3 - Muito significativo

↳ **Balanço de experiências do passado: sistematização de resultados das intervenções do QCA III**
similares às intervenções definidas para o PRO-EMPREGO FSE dos Açores 2007-2013

Abaixo encontra-se uma matriz que sistematiza os principais resultados e algumas das recomendações decorrentes das actualização da avaliação dos programas operacionais do QCA III. É dado destaque às intervenções similares às programadas para o próximo período.

Intervenção (QCA III)			
Designação	PO	Características	Resultados obtidos (2005)
Ensino Profissional	PRODESA	<p>Confere qualificação escolar e profissional.</p> <p>Os cursos do Ensino Profissional, maioritariamente de nível III, têm a duração de 3 anos e uma estrutura curricular que integra as seguintes componentes de formação: sócio-cultural, científica, científico-tecnológica, técnica, artística, prática e formação em contexto de trabalho, organizadas conforme a natureza e o nível de qualificação do curso.</p>	<p>Actualmente o Ensino Profissional está presente em todas as ilhas dos Açores, excepto no Corvo. As características da procura indicam que o Ensino Profissional atrai formandos com diferentes trajectórias de inserção escolar e profissional, mas na sua maioria a adesão é motivada pela oportunidade de inserção qualificada no mundo do trabalho.</p> <p>O crescimento do número de beneficiários, a penetração territorial e o crescente peso no âmbito do ensino secundário transferem para o Ensino Profissional um importante papel no combate ao abandono da escola, particularmente após a escolaridade obrigatória. Independentemente das motivações dos beneficiários na opção por esta modalidade, na ausência desta alternativa os cenários prováveis de inserção seriam, por um lado, o mercado de trabalho ou o desemprego, em situação de desqualificação escolar e profissional, por outro lado, o ensino secundário regular com percursos de potencial risco de insucesso e abandono.</p> <p>O acesso à dupla qualificação, as modalidades de contacto com o mundo do trabalho, a valorização crescente das qualificações produzidas por parte do tecido social e económico e a qualidade das qualificações conferidas, apesar de desigual, são factores que favorecem de forma determinante a inserção dos jovens na vida activa.</p> <p>Num contexto regional de praticamente pleno emprego, as trajectórias pós curso</p>

Intervenção (QCA III)

Designação	PO	Características	Resultados obtidos (2005)
			<p>são marcadas pela opção destacada dos jovens pela inserção no mundo do trabalho, pelas elevadas taxas de integração profissional, pela facilidade de acesso ao primeiro emprego e pela rotatividade profissional.</p> <p>A questão da qualidade dos cursos e, inevitavelmente da qualidade das qualificações conferidas é uma preocupação manifestada por todos os interlocutores contactados. Há neste momento a percepção de que o crescimento acelerado da oferta nem sempre permitiu assegurar os níveis de qualidade desejados no ciclo completo dos cursos, desde a sua fase inicial de definição até à realização e desenvolvimento.</p> <p>O Ensino Profissional confronta-se hoje com outros problemas associados às características do sistema global de qualificação profissional inicial na Região. Com uma orientação primordial para o combate ao insucesso e abandono escolar as restantes modalidades de qualificação do sistema, de nível I, II e III, abrangem um número muito significativo de jovens, fundamentalmente jovens com trajectos escolares problemáticos, e a qualidade da qualificação profissional assegurada é questionável e escassamente reconhecida pelas empresas. Assiste-se, assim, à integração no sistema de qualificação profissional inicial de uma importante componente da estratégia regional de combate ao insucesso e ao abandono escolar. Esta integração poderá resultar numa melhoria da situação escolar dos beneficiários, mas a reduzida clarificação do sistema e os riscos de efeitos indesejados ao nível da credibilidade da formação profissional para os jovens é uma ameaça real com potenciais reflexos na procura e na valorização do Ensino Profissional.</p>
CET – Cursos de Especialização Tecnológica	PRODEP III	<p>Visa fornecer aos indivíduos que concluíram o ensino secundário uma formação complementar que possibilite o exercício profissional qualificado e o prosseguimento de estudo.</p> <p>A partir de 2003 os CET entraram num</p>	<p>Os promotores consideram que o contributo dos CET é “muito importante” ou “importante” enquanto veículo capaz de responder às novas necessidades de um mercado de trabalho em rápida mutação e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico. Os formandos encontram-se concentrados em duas áreas de formação: Ciências e engenharia e Indústria transformadora e construção.</p> <p>Na globalidade do funcionamento dos CET, os formandos fazem uma avaliação</p>

Intervenção (QCA III)			
Designação	PO	Características	Resultados obtidos (2005)
		período de consolidação, assumindo uma diversificação de ofertas formativas e crescendo a procura das mesmas.	<p>bastante positiva. Verifica-se uma adequação da duração dos cursos e das suas estruturas funcionais.</p> <p>A formação no local de trabalho e o acompanhamento realizado pela entidade formadora durante o estágio revelaram-se adequados.</p> <p>Quase metade dos ex-formandos garantiram uma colocação no mercado de trabalho após a frequência do curso e 1/10 prosseguiram estudos.</p>
Qualificação nos sectores privados	PRODESA	<p>Formação profissional que se destina a activos assalariados ou propostos pelas empresas, prioritariamente os menos qualificados.</p> <p>São acções de formação desenvolvidas em entidades privadas inseridas ou não em Planos, acções de consultoria inscrita num Plano de formação profissional, colocação temporária de desempregados em substituição de empregados em formação profissional ou planos individuais de formação.</p>	<p>Valorização pessoal e incremento de conhecimentos do formando.</p> <p>A aplicação dos novos conhecimentos divide-se de forma similar entre a aplicação regular e a utilização limitada, sendo que a falta de aplicabilidade resulta da falta de relação entre o curso e a profissão.</p> <p>Verifica-se uma melhoria do desempenho profissional após a frequência do curso, em especial nos formandos com nível de escolaridade mais baixo.</p> <p>Forte intenção de voltar a estudar por parte dos formandos inquiridos, sendo que muitos deles já o haviam feito aquando a realização do inquérito.</p> <p>Provoca igualmente o interesse dos formandos na realização de acções para valorização pessoal.</p> <p>Número significativo de formandos que melhoram a situação de emprego após a frequência do curso</p> <p>O curso assume um papel de: apoio à mudança; aumento salarial.</p> <p>Melhoria do desempenho profissional do formando após a frequência do curso, em especial nos formandos com nível de escolaridade mais baixo.</p>
Planos de transição para a vida activa	PRODESA	Orientada por objectivos de facilitação da passagem da esfera escolar para o mundo do trabalho dos jovens qualificados, escolar ou profissionalmente, este é um importante	<p>Particularmente relevante o número de candidaturas de organizações da administração pública.</p> <p>A informação disponível relativa à permanência dos estagiários nas organizações acolhedoras revela que a taxa de inserção dos técnicos intermédios é bastante mais</p>

Intervenção (QCA III)

Designação	PO	Características	Resultados obtidos (2005)
		instrumento no apoio à inserção dos jovens que passam pelas várias modalidades do sistema de qualificação profissional inicial (Estagiar T) ou dos jovens com formação de nível superior (Estagiar L).	positiva do que os resultados da inserção dos licenciados.
I&D e Inovação (diversas tipologias de acção: SIME – Inovação; IDEIA; NITEC)	PRIME	<p>O apoio directo à I&D empresarial está concentrado no SIME-Inovação (incentivos financeiros a projectos de I&D nas empresas), no IDEIA (projectos de I&D em consórcio empresas/entidades do SCTN, com esta acção a suceder aos Projectos Mobilizadores) e no NITEC (apoio à criação de pequenos núcleos de I&D nas empresas). A dimensão instrumental do SIME-Inovação e do IDEIA é, em parte, coincidente, embora o IDEIA consagre um princípio de esforço</p> <p>colaborativo público-privado susceptível de produzir efeitos de rede mais duradouros. Já o NITEC visa aumentar, de forma permanente, as competências internas das empresas, através da inserção nas empresas de pessoal permanente afecto a actividades de I&D, mas limita a 3 o número de postos de trabalho a apoiar. Algumas outras acções (nomeadamente o DEMTEC ou o SIUPI) poderão ter um efeito mais indirecto de apoio à I&D empresarial.</p>	<p>O PRIME apresenta um “défice claro de medidas que incentivem uma maior interacção entre entidades públicas ou de utilidade pública do SCTN e as empresas; os apoios directos definidos para a promoção da I&D empresarial são pertinentes mas limitados (nomeadamente se tivermos em conta os limites e tipo de incentivos), estando concentrados no SIME-Inovação, no IDEIA e no NITEC; o apoio ao investimento empresarial com conteúdo inovador está diluído pelos sistemas de incentivos gerais do tipo SIME e SIPIE, notando-se que apenas marginalmente se considera a possibilidade de enquadrar incentivos ao investimento com conteúdo inovador em iniciativas mais estrategicamente orientadas como é o caso do PME Digital; existe uma grande lacuna que decorre da inexistência ou pouca expressão de instrumentos dirigidos à promoção de “start-ups” de base tecnológica, tendo em conta que a acção NEST incide, de forma limitada, neste domínio.”</p> <p>“Ao nível do fomento da I&D executada nas empresas, a adicionalidade induzida pelo PRIME terá sido reduzida, o que significa que, a este nível, o Programa teve, até ao momento, uma contribuição claramente modesta para a estratégia de Lisboa.”</p> <p>Para introduzir uma estratégia com adicionalidade sistémica recomenda-se “que a estratégia do programa não seja formatada em função do beneficiário, mas sim em função de objectivos colectivos em termos de privilegiar interacções entre actores e não actores individualmente. Note-se que isto é completamente diferente da ideia associada ao modelo linear, de que bastaria substituir a actual predominância estratégica “technology-push” por uma estratégia</p> <p>“demand-pull” centrada na procura (i.e. nas empresas). É necessário reequilibrar</p>

Intervenção (QCA III)

Designação	PO	Características	Resultados obtidos (2005)
			<p>estas duas componentes mas a recomendação que aqui se faz é mais abrangente e apela, não para a “procura” ou para a “oferta”, mas sim para uma lógica de “sistema” de interacções. Ou seja, no futuro quadro de programação, os apoios à I&D e Inovação devem privilegiar uma lógica de “pólos” (de capacidades e funções) ligados em “rede”.</p> <p>Na melhoria da eficácia e da adicionalidade cognitiva recomenda-se “para a grande maioria das empresas, um mecanismo que precisa de ser ampliado (e gerido no contexto de políticas de proximidade) é o programa Quadros. Trata-se, provavelmente, da forma mais eficaz de conseguir adicionalidade cognitiva em PME de fraca capacidade (...) Para um outro tipo de empresas, onde já existam quadros qualificados com capacidade de lidar com novas tecnologias, as medidas relevantes deverão ser de outro tipo. Nestas empresas, são as diferentes formas de melhoria incremental ancoradas na engenharia de produtos e processos que constituem a principal fonte de aprendizagem e que devem, portanto, ser apoiadas.”</p>
Medida II.3. - Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	POCI 2010	Tipologia de projecto: expansão sustentada das capacidades de inovação, através do estímulo à cooperação entre instituições de I&D e empresas, nomeadamente pelo apoio a projectos de investigação em consórcio envolvendo os diversos tipos de instituições, estímulo à valorização dos resultados da investigação científica e à transferência de tecnologia, à integração das oportunidades de I&D nos grandes programas de investimento público.	<p>As despesas em I&D têm aumentado de forma significativa, assistindo-se a um aumento muito significativo do contributo do sector empresarial (entre 1997 e financiamento das empresas cresceu a uma taxa média anual de 10%, contra uma taxa de 1,1% registada para o conjunto da UE). No entanto, o financiamento das despesas em I&D em Portugal ainda apresenta uma forte dependência do sector Estado.</p> <p>O objectivo de promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação, apresenta também evidências de que os seus resultados estão a ser positivos, nomeadamente pelos resultados das avaliações efectuadas aos projectos de I&D em consórcio.</p> <p>No caso das empresas, a participação no programa I&D em Consórcio, permite o desenvolvimento de projectos de I&D e Inovação, que face à actual conjuntura sócio-económica não se realizariam sem o apoio financeiro da Medida. A participação nestes projectos incentiva à constituição de novas empresas e entidades do SCTN, assim como a manutenção das ligações existentes,</p>

Intervenção (QCA III)

Designação	PO	Características	Resultados obtidos (2005)
			possibilitando a criação de sinergias entre as diversas entidades em consórcio.
Formação avançada	POCI 2010		Verifica-se que esta tem sido capaz de contribuir de forma significativa para o aumento dos doutoramentos, ao que não é alheio o facto de a ela corresponder 97% da dotação financeira deste Eixo, ainda que se possa questionar se as áreas científicas em que estes ocorreram servem as prioridades do SCTN. Tem sido menos capaz, no entanto, de contribuir significativamente para a formação de pessoal auxiliar de I&D, o que seria essencial para superar as limitações existentes a este nível, no SCTN, mas que não constituía objectivo quantificado da Medida.
Competências básicas	POSC	A Medida 1.1. do POSI/POSC teve como orientação estratégica a intervenção no sentido do combate «infoexclusão», uma nova forma de exclusão que emergiu com o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e que atinge aqueles que estão mais distantes das novas infotecnologias. Apostar na aquisição de competências básicas em TIC e certificar essas competências junto a públicos «infoexcluídos» foram os desafios a que a Medida se propôs na sua programação. Neste sentido, foram criados todos os instrumentos técnicos e legais necessários à implementação da Medida, foi estimulada a candidatura de entidades para a promoção de projectos, e estes foram ou ainda estão a ser executados no terreno	<p>Os públicos que beneficiaram das boas intenções desta Medida não foram, na sua maioria, os definidos nas suas orientações estratégicas. A dificuldade em atrair os públicos «infoexcluídos» para as acções de formação e a fraca relevância adquirida pelo DCB terão conduzido a uma selecção relativamente pouco filtrada de beneficiários. Uma parte considerável dos beneficiários efectivos foi constituída por pessoas já alfabetizadas do ponto de vista tecnológico ou capazes dessa alfabetização através de outros meios. Esta será a razão mais significativa para que os impactes da Medida tenham ficado aquém do esperado, nomeadamente ao nível do prosseguimento de percursos de aprendizagem em TIC.</p> <p>Há também que referir que o sucesso da Medida ficou fortemente dependente da qualidade da intermediação das entidades promotoras. Quando estas se mostraram mais persistentes na captação de públicos «infoexcluídos» e mais capazes de articular estes projectos com outros desenvolvidos internamente ou no exterior, os resultados e os efeitos da Medida foram alcançados mais consistentemente.</p> <p>Recomenda-se a introdução de uma maior selectividade dos promotores com projectos aprovados, bem como a indução nestes de uma selecção de beneficiários mais criteriosa poderão surtir ainda alguns efeitos positivos no reforço da coesão social por via da inclusão de mais cidadãos na sociedade do conhecimento.</p> <p>A baixa percentagem de detentores do DCB que prosseguiram o seu percurso</p>

Intervenção (QCA III)

Designação	PO	Características	Resultados obtidos (2005)
			formativo em TIC conduz à recomendação de criação de estímulos e de instrumentos neste sentido. A emergência da European Computer Driving License (ECDL) em Portugal, certificação reconhecida internacionalmente e obtida por mais de 2 000 000 de cidadãos europeus, pode e deve constituir uma oportunidade para a continuidade de um percurso de consolidação de competências em TIC
Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos)	POEFDS	<p>Surgem no contexto nacional no ano 2000 e encontram-se regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 1083/2000, de 20 de Novembro.</p> <p>Constituem uma oferta integrada de educação e formação para adultos com idade igual ou superior a 18 anos que possuam baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional com um cariz inovador no contexto nacional. Reúnem na sua estrutura curricular uma formação de base e uma formação profissionalizante, orientadas por um Referencial de Competências-Chave.</p> <p>O modelo de formação dos cursos EFA não assenta em programas de formação pré-definidos à partida mas antes num referencial orientador que se organiza segundo quatro áreas nucleares (Linguagem e Comunicação; Tecnologias da Informação e Comunicação; Matemática para a Vida; e Cidadania e Empregabilidade) e uma área transversal (Temas de Vida). Relativamente à formação profissionalizante, esta pode incidir sobre</p>	<p>Entre 2000 e 2004 taxa de reprovação é relativamente baixa (3,8%), embora a taxa de abandono apresente uma expressão significativa (14,9%).</p> <p>Os cursos EFA co-financiados pelo POEFDS demonstram um contributo positivo para a melhoria dos níveis de escolaridade e dos níveis de qualificação profissional dos participantes aliado a uma melhoria substancial nos níveis de auto-conhecimento, auto-estima e motivação para a prossecução de estudos após a conclusão do estudo, favorável à aprendizagem ao longo da vida.</p> <p>Do ponto de vista do contributo para a (re)integração no mercado de trabalho, os resultados da inquirição demonstram que uma parte dos ex-formandos consegue passar de uma situação de desemprego antes da formação para uma situação de emprego após a formação, mesmo numa conjuntura económica desfavorável, apesar de apenas ¼ dos respondentes admitir que seria difícil ter conseguido obter o actual trabalho sem o curso.</p>

Intervenção (QCA III)

Designação	PO	Características	Resultados obtidos (2005)
		<p>uma das áreas e conteúdos previstos no Referencial da Formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional.</p> <p>Os cursos proporcionam uma dupla certificação escolar e profissional com correspondência a três níveis: Básico 1 (1.º Ciclo do Ensino Básico e ao nível I de qualificação profissional), Básico 2 (2.º Ciclo do Ensino Básico e ao nível I de qualificação profissional) e Básico 3 (3.º Ciclo do Ensino Básico e ao nível II de qualificação profissional).</p>	
Formação Social e Profissional	POEFDS	<p>Possui ritmos, conteúdos e modelos pedagógicos adaptados às características e especificidades dos beneficiários e assumindo uma banda larga de conteúdos, desde os que se ligam às competências pessoais até aos que se ligam aos saberes profissionais, passando pelas componentes relacionais.</p>	<p>A questão que se coloca nos cursos de FSP é a da certificação, já que se encontraram situações em que os cursos não conferiam certificação profissional, o que se afigura de algum modo como um contra senso. Nestes cursos a certificação escolar não tem que estar necessariamente ausente, tendo sido relatadas experiências de articulação com o ensino recorrente num dos estudos de caso, que se recomendam.</p> <p>Tratam-se de indivíduos com particulares dificuldades de integração no mercado de trabalho, muito frequentemente em situações de desemprego de longa duração ou até de desemprego desencorajado. Assim sendo, justifica-se uma maior atenção à fase pós-formação, nomeadamente a extensão dos apoios à etapa que visa a integração profissional.</p> <p>Deverá equacionar-se a possibilidade de progressivamente exigir que todos os cursos confirmem certificação profissional.</p>

Em suma, os resultados das actualização das avaliações intercalares (2005) dos diversos programas que compõe o ainda actual Quadro Comunitário de Apoio e, em particular, as recomendações emanadas pelas equipas de avaliação envolvidas nestes estudos, permitem antecipar algumas das dificuldades associadas à implementação de diversas tipologias de intervenção e, deste modo, definir procedimentos para que se incremente a eficácia e minimizem os riscos associados à intervenção que está a ser programada para o próximo período.

Assim, dos estudos realizados destacam-se algumas considerações que devem ser ponderadas na Programação para o novo período.

No que se refere à formação profissional inicial realizada na Região dos Açores é de referir a necessidade de reforçar a qualidade da oferta formativa, que foi menos privilegiada face à sua proliferação acelerada. A orientação que tem vindo a ser dada à oferta de educação/formação existente tem procurado privilegiar o combate ao insucesso e abandono escolares que nem sempre é possível conjugar com o objectivo de promoção da empregabilidade. Para cada objectivo deverá existir um instrumento. Como tal, este aspecto tem vindo a traduzir-se na parca valorização pelo tecido empresarial das qualificações produzidas. Assim sendo, por um lado, as novas intervenções deverão definir mecanismos capazes de promover a qualidade da formação para a empregabilidade e, por outro lado, mecanismos que discriminem positivamente os projectos de investimento de maior conteúdo organizacional e por essa via aumentem a procura privada de qualificações bem como a correcção das taxas salariais em função do incrementos dos níveis de qualificação observados.

Relativamente à formação contínua de activos do sector privado é de salientar que as conclusões apontam para a falta de aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos devido à ausência de relação entre o curso e a profissão. É importante estruturar uma oferta coesa que responda a necessidades de formação profissional dos activos, procurando que estes se possam especializar, reconverter ou reciclar/actualizar, por forma a potenciar a sua estratégia de evolução profissional.

O apoio à I&D empresarial no actual QCA também produziu algumas aprendizagens nesta matéria que interessa reter. Nomeadamente, deve relevar-se a reduzida expressão dos instrumentos dirigidos à promoção de “start-ups” de base tecnológica, que interessa incrementar. Foi igualmente recomendado que a intervenção não seja formatada em função do beneficiário mas de um conjunto de objectivos estimulando a interacção entre actores e não actores privilegiando uma lógica de pólos de competência interligados, como forma de promover adicionalidade sistémica. Para as PME's com fraca capacidade, as orientações vão no sentido de prever uma intervenção que continue a apoiar a admissão de novos quadros técnicos na área da economia, da gestão e das tecnologias. Para empresas que já possuam recursos humanos qualificados são sugeridas intervenções que apoiem a melhoria na engenharia dos produtos e dos processos produtivos.

No que se refere à aquisição de competências básicas em TIC, é necessário acautelar que os beneficiários da intervenção sejam de facto pessoas info-excluídas. A pressão para o cumprimento de metas conduziu as entidades a serem pouco selectivas face à procura, ficando a intervenção fortemente dependente da qualidade da intermediação dessas mesmas entidades, recomendando-se por isso

uma maior selectividade dos promotores. Por outro lado, a proporção de indivíduos que prosseguiu com o aprofundamento da aprendizagem em TIC foi diminuta, pelo que será pertinente acautelar esta situação prevendo mecanismos que estimulem o aprofundamento de competências neste domínio.

Quanto à formação social e profissional destinada a indivíduos socialmente excluídos, importa destacar a importância da garantia dos cursos atribuírem uma certificação profissional no sentido de promover a empregabilidade dos indivíduos, bem como um acompanhamento após a formação que promova a facilitação da (re)integração dos indivíduos no mercado de trabalho. Ou seja, o reforço da perspectiva integrada das medidas de formação com a (re)inserção no mercado de trabalho é justificado.

✦ **Identificação de principais riscos e definição de pressupostos para a eficácia das intervenções**

A partir do confronto das intervenções programadas com o diagnóstico (SWOT) da Região e os resultados e recomendações da actualização da avaliação do PRODESA bem como de outros programas que promoveram intervenções com um carácter semelhante às que possuirão uma génese inovadora sobressai um conjunto de riscos que deverão ser acautelados com o propósito de promover a eficácia e a eficiência do novo Programa. Assim, sugere-se que o Programa venha a clarificar ou a incluir procedimentos que regulem os seguintes aspectos:

Eficácia externa ...

1. Clarificação da estratégia associada às diferentes ofertas de formação inicial, regulando diferentes instrumentos para concretizar os diferentes objectivos (combate ao insucesso e abandono escolar / promoção da qualificação da mão-de-obra e consequente empregabilidade);
2. Reforço do planeamento da formação inicial tendo em conta uma análise prospectiva das necessidades de formação da região e que simultaneamente promova a definição das áreas de intervenção das escolas racionalizando a oferta de formação entre os diferentes estabelecimentos, em particular de ensino profissional;
3. Reforço do sistema de orientação vocacional de modo a promover a adesão esclarecida dos jovens aos cursos formativos/educativos.
4. Reforço da articulação das medidas de formação profissional e de (re)integração no mercado de trabalho, em particular nos processos de inclusão social.

Eficácia interna ...

1. Definição de um sistema de informação que integre indicadores claros, sintéticos e actualizados de medição dos resultados das intervenções (p.e., nas medidas de formação: taxa de inserção nos 3 meses após a conclusão da formação).

2. Elaboração de orientações técnicas/documentos de referência temáticos/ manuais de procedimentos que possam apoiar as entidades promotoras, sobretudo nas intervenções onde se preveja algumas fragilidades ao nível quer da engenharia de projecto quer do envolvimento nos procedimentos administrativos associados ao Fundo Social Europeu.
3. Promover a divulgação mais regular de boas práticas e intercâmbio de experiências pelos promotores, capazes de fomentar a aprendizagem conjunta e de produzir um efeito de demonstração, sobretudo em áreas com um carácter inovador
4. Incrementar o nível de selectividade dos apoios a algumas medidas que promova as parcerias ou o funcionamento em rede, contemple metodologias adequadas e inovadoras e avaliação de resultados do projecto.
5. Os objectivos operacionais (metas quantitativas de realização física) a definir deverão considerar que existe um risco associado à execução das intervenções referentes a tipologias que até ao momento não integraram a Programação ao nível do financiamento comunitário da região, exigindo uma maior proactividade na gestão das mesmas. Apesar de se considerar que existe um certo risco desta natureza na generalidade das intervenções do Eixo 2 e do Eixo 3, chama-se a atenção nomeadamente para a “investigação em contexto empresarial”.

2.3. Coerência Interna

A análise da coerência interna visa responder às seguintes questões:

O sistema de objectivos do Programa Operacional é consistente entre si? Existe coerência entre o nível de efeitos desejado e os recursos previstos?

A finalidade do PO FSE dos Açores é colocar a intervenção FSE ao serviço da consolidação do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e os seus objectivos globais:

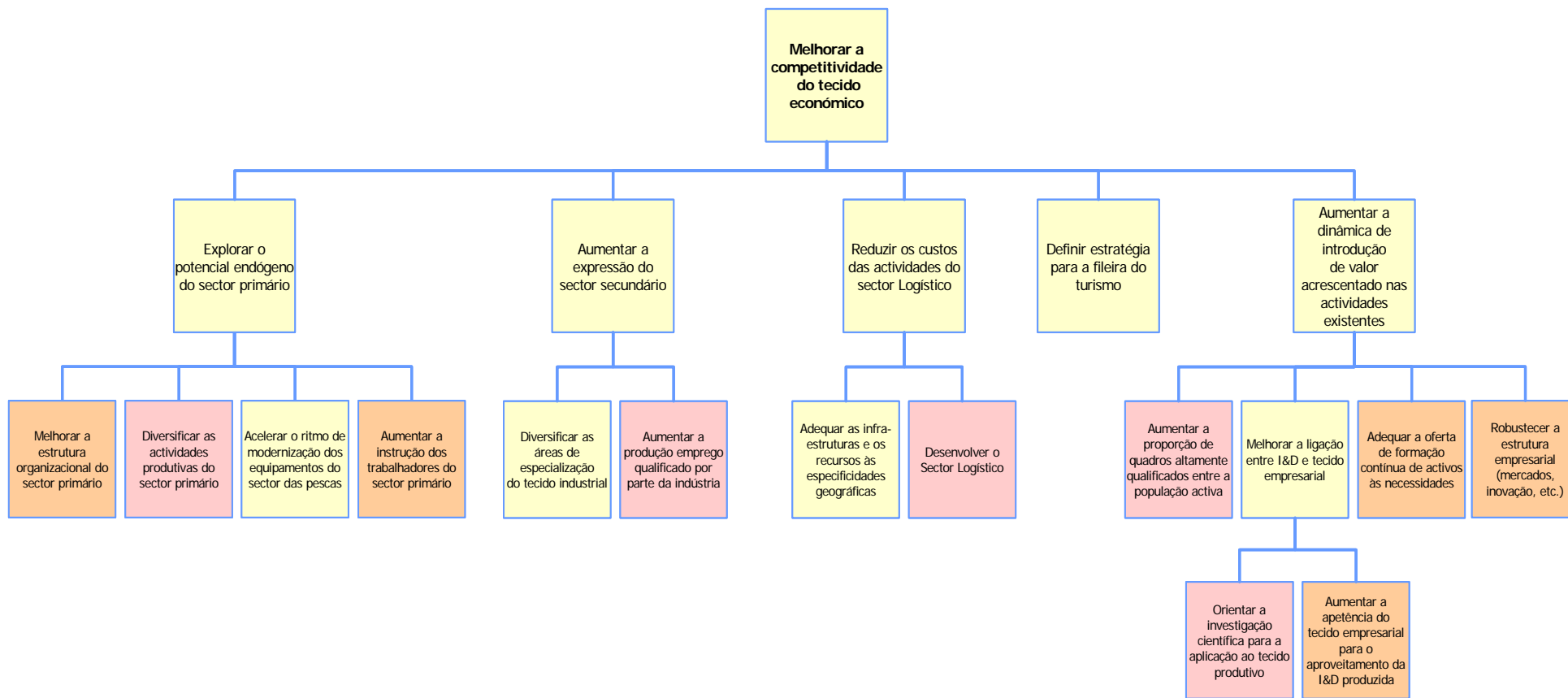
- **OG.1.:** Apoiar processos de modernização do tecido produtivo através do fomento do emprego qualificado e do empreendedorismo;
- **OG.2.:** Apoiar a estruturação do sistema de ciência e tecnologia e criar condições para a sua crescente aproximação ao tecido empresarial;
- **OG.3.:** Fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis a partir da promoção das suas condições de inclusão social;

que se encontram operacionalizados em 6 Domínios de Intervenção:

- DI1 – Empregabilidade de jovens;
- DI2 - Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado;
- DI3 - Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo;
- DI4 - Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D;

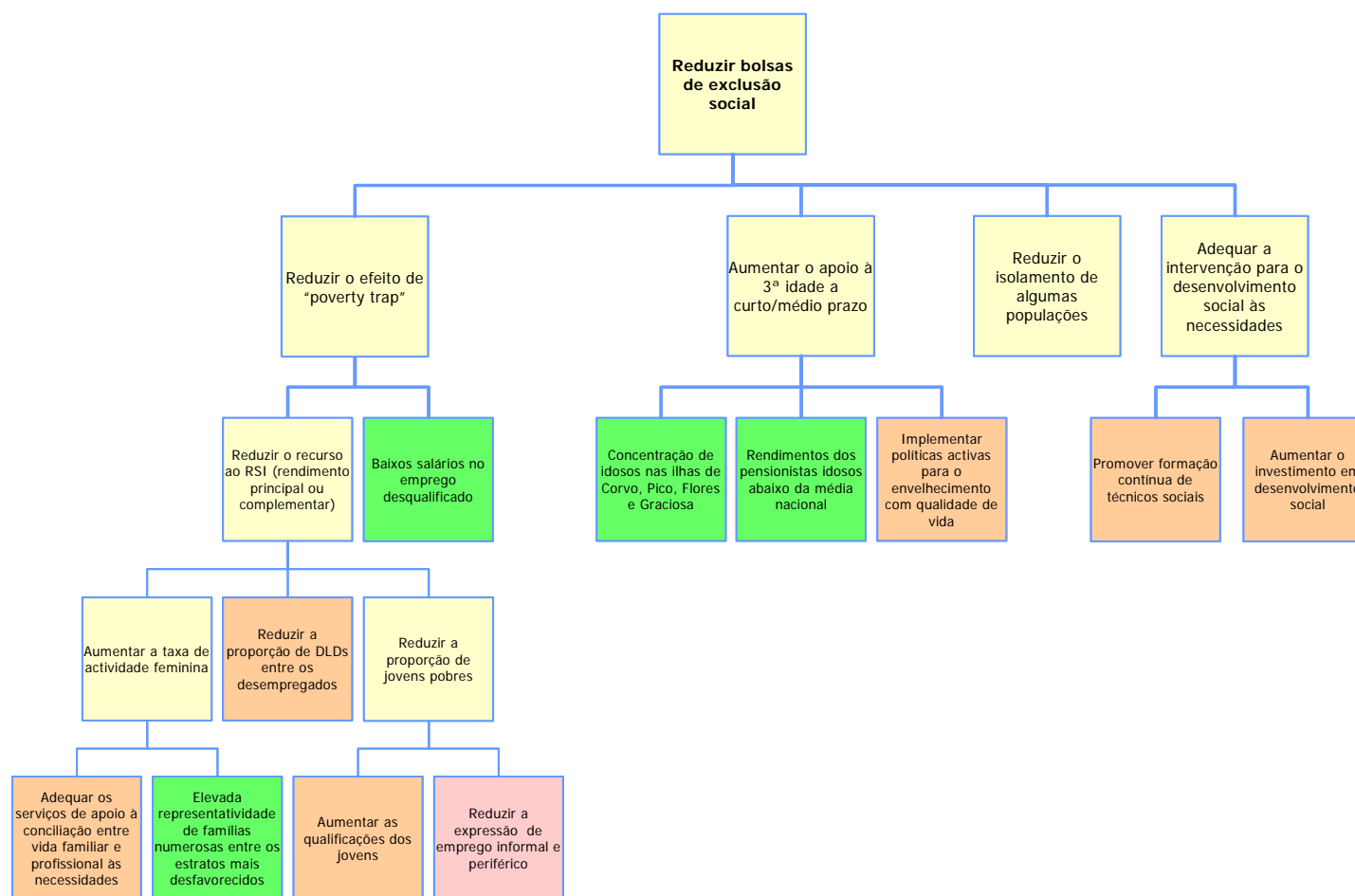
- DI5 - Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento;
- DI6 - Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo.

De seguida são apresentados os esquemas (árvores) síntese - construídos pela Equipa de Trabalho - dos objectivos que permitiriam fazer face aos problemas identificados na Região. Note-se que a laranja encontram-se os objectivos directamente relacionados com a intervenção do FSE, isto é, sobre os quais esta estaria em condições de intervir.



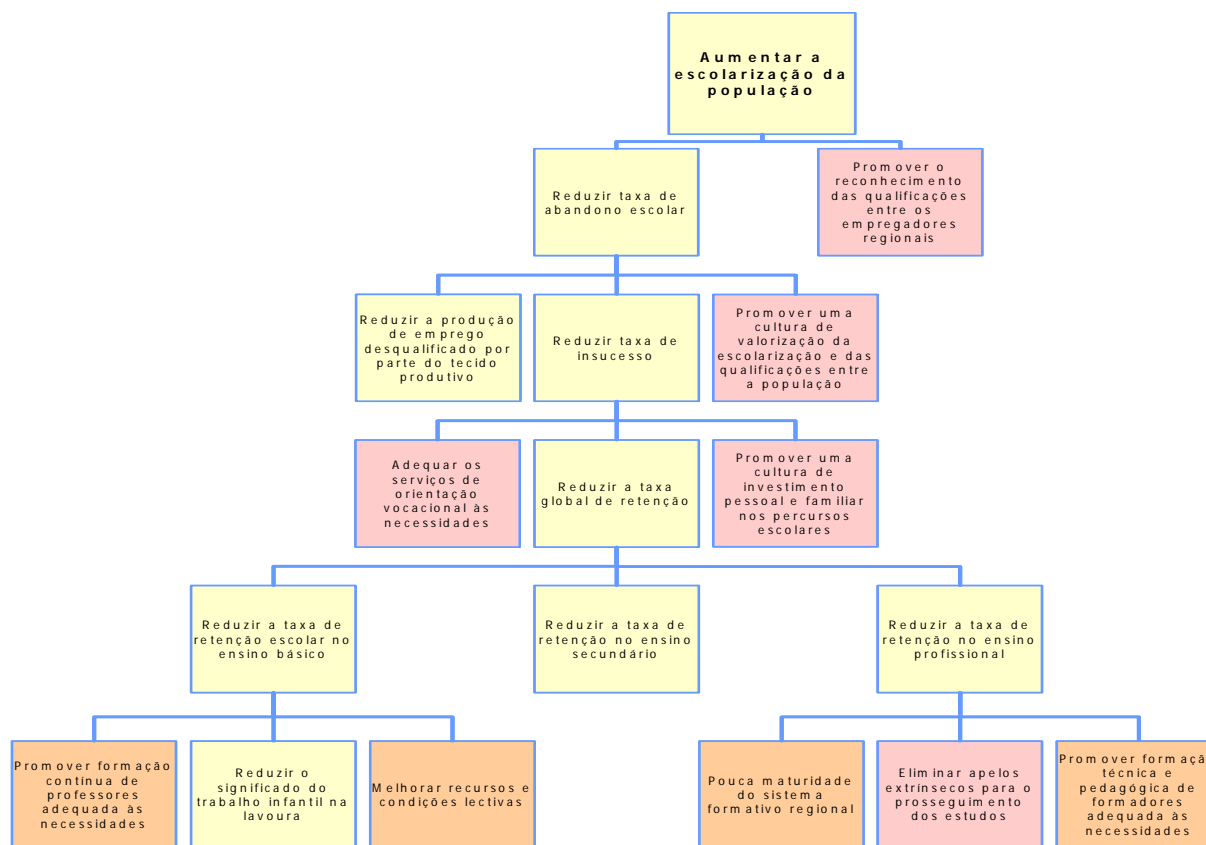
Legenda:

- Objectivos directamente concretizáveis através das intervenções do programa.
- Objectivos cuja concretização pode receber um contributo indirecto das intervenções do programa.
- Objectivos sobre os quais o programa não tem vocação de actuação.



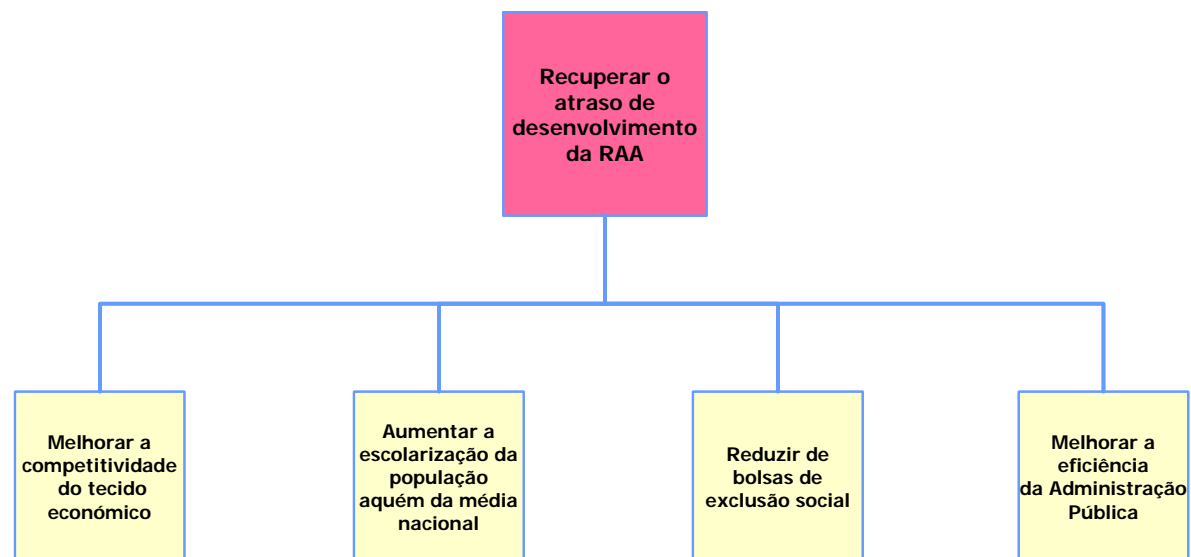
Legenda:

- Objectivos directamente concretizáveis através das intervenções do programa.
- Objectivos cuja concretização pode receber um contributo indirecto das intervenções do programa.
- Objectivos sobre os quais o programa não tem vocação de actuação.



Legenda:

- Objectivos directamente concretizáveis através das intervenções do programa.
- Objectivos cuja concretização pode receber um contributo indirecto das intervenções do programa.
- Objectivos sobre os quais o programa não tem vocação de actuação.



De uma maneira geral, as intervenções programadas viabilizam o cumprimento daqueles que de acordo com os problemas identificados deveriam ser os objectivos da intervenção no entender da Equipa de Trabalho, embora estes não se encontrem especificados do mesmo modo que no Programa. De salientar, que ao nível dos objectivos globais apresentados no ultimo esquema, pode dizer-se que a “melhoria da competitividade do tecido económico” e a “melhoria da eficiência da administração publica” serão alcançadas, sobretudo, a partir da execução das intervenções previstas no Objectivo Geral 2.

O “aumento da escolarização da população” será alcançado através da tipologia de projecto 1.1, da tipologia 2.1 e da tipologia 6.1, que promovem a formação de dupla certificação junto dos jovens, dos activos e dos desempregados e não activos, respectivamente. No entanto, nenhuma das três tipologias centra os seus objectivos directos no incremento da escolarização, mas sim, da qualificação e consequente empregabilidade.

A “redução das bolsas de exclusão social” será maioritariamente conseguido pela inclusão social promovida no contexto das intervenções previstas para o Objectivo Geral 3 e na prevenção da exclusão que implicitamente é conseguida pelas intervenções definidas para o Objectivo Geral 1.

De seguida, apresenta-se um quadro que aprecia a relevância do contributo das diferentes intervenções para a prossecução dos três objectivos globais do Programa. Assim, tal como seria de se esperar, as tipologias de projecto têm um contributo muito relevante para os respectivos objectivos globais a que se

associam. No entanto, existem contributos cruzados. De facto, as tipologias associadas ao objectivo 2, contribuem para o fomento do empreendedorismo de uma forma relevante e as do objectivo 3 para a qualificação da mão-de-obra e sua empregabilidade.

Algo semelhante sucede com as tipologias do objectivo 1, por via da qualificação dos recursos humanos e da modernização das micro e PMEs contribuem para a competitividade das organizações e para a disseminação do conhecimento.

	OG.1.	OG.2.	OG.3.
T1.1	3	2	2
T1.2	3	1	2
T2.1	3	2	1
T2.2	3	1	2
T3.1	3	2	1
T3.2	3	3	1
T4.1	3	3	1
T4.2	3	3	1
T5.1	2	3	3
T5.2	1	3	1
T6.1	2	1	3
T6.2	1	1	3
T6.3	1	1	3
T6.4	1	1	3

Legenda:

1 - Pouco ou nada relevante

2 - Relevante

3 - Muito relevante

A apreciação da relação entre as diferentes tipologias programadas revela a existência de uma panóplia de relações de sinergia e de complementariedade. De facto são múltiplas as situações em que diferentes tipologias se poderão conjugar

para promover a empregabilidade dos recursos humanos ou a competitividade das organizações (intervenções sinérgicas) ou que não se conjugando constituem alternativas de resposta para prosseguir um mesmo fim (intervenções complementares).

Da análise realizada apenas entre duas tipologias foi registada uma situação de potencial conflito ou concorrência. A sub-tipologia de projecto 5.1.1 procura promover a realização de acções de literacia básica em TIC, que poderá ter alguma sobreposição com os projectos de aquisição de competências básicas para a empregabilidade, se os critérios associados à programação nada assinalarem em contrário.

	T1.1	T1.2	T2.1	T2.2	T3.1	T3.2	T4.1	T4.2	T5.1	T5.2	T6.1	T6.2	T6.3	T6.4
T1.1		★	★	★	★	⊙	-	-	⊙	-	★	-	★	★
T1.2			-	⊙	★	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	★	-	-	-
T2.1				★	★	⊙	⊙	⊙	⊙	-	-	-	-	-
T2.2					★	⊙	⊙	⊙	-	-	-	-	⊙	⊙
T3.1						★	-	★	⊙	-	-	-	★	★
T3.2							-	★	⊙	-	⊙	⊙	⊙	★
T4.1								⊙	★	-	-	-	-	-
T4.2									★	-	-	-	-	-
T5.1										⊙	⊙	✂	⊙	⊙
T5.2											-	-	-	-
T6.1												⊙	★	★
T6.2													★	★
T6.3														⊙
T6.4														

Legenda:

✂	Conflito / concorrência
★	Complementaridade
⊙	Sinergia
-	Sem relação

Note-se que as próprias intervenções do programa procuram regular a qualidade das intervenções quer por via da qualificação dos públicos e das instituições (empresas, governo e terceiro sector), quer também, processos de acreditação de consultores para os processos de consultadoria-formação às PME e às micro-empresas; bem como estimula a concepção de processos piloto e dissemináveis de sensibilização da problemática da igualdade do género e de estímulo ao empreendedorismo.

Para além disso, espera-se que a atribuição de um papel estratégico ao eixo de assistência técnica possa regular a eficácia de todo o Programa trazendo valor acrescentado à execução das tipologias de projecto e contribuindo para a redução dos riscos associados às intervenções, dado que permitirá promover uma melhor compreensão do contexto de actuação e dos resultados das intervenções.

2.4. Coerência Externa

A apreciação da coerência externa do PRO – EMPREGO. FSE dos Açores deverá dar resposta à seguinte questão:

A estratégia definida é coerente com as políticas definidas ao nível nacional e com as orientações estratégicas comunitárias?

A avaliação da coerência externa trata-se de um exercício de confirmação da incorporação das Orientações Estratégicas regionais, nacionais e comunitárias na estratégia do PRO-EMPREGO, bem como de verificação da articulação entre este programa e outros instrumentos de política regional, nomeadamente o Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PRO CONVERGENCIA).

A definição dos objectivos e dos domínios de intervenção do PRO-EMPREGO, bem como toda a sua programação, procuraram responder a necessidades identificadas no exercício de diagnóstico que sustenta o capítulo designado por «relevância».

A avaliação da coerência interna do programa permitiu realizar um exercício de apreciação da concorrência, sinergia ou complementaridade entre as diversas tipologias de intervenção desenhadas, bem como o seu contributo para a prossecução dos objectivos globais do programa.

Estamos, assim, em condições de analisar o grau de coerência dos objectivos do PRO-EMPREGO em relação a um conjunto de políticas e de instrumentos relevantes a nível regional, a nível nacional e a nível comunitário.

Plano Regional

O arquipélago dos Açores constitui uma região autónoma, o que lhe confere a possibilidade de definir políticas e instrumentos de política específicos para o seu desenvolvimento.

Desta forma, as prioridades estratégicas no que concerne à actuação em grandes matérias como o emprego, a educação, o desenvolvimento científico e tecnológico ou o desenvolvimento social são definidas para a região, em documento próprio, tendo em conta as suas especificidades.

O PRO-EMPREGO apresenta uma programação organizada em torno de três grandes áreas de intervenção: emprego e formação, ciência e tecnologia e desenvolvimento social.

A situação autonómica dos Açores conduz à elaboração de planos regionais nestes três domínios, pelo que se torna imprescindível neste exercício de avaliação ter em conta o grau de coerência entre o PRO-EMPREGO e estes planos de carácter regional.

Neste contexto, a avaliação da coerência externa do PRO-EMPREGO terá necessariamente que passar pela análise do potencial contributo deste programa para a consumação das medidas e para o alcance dos objectivos propostos nestes documentos.

O Plano Regional de Emprego que vigora neste momento tem a abrangência temporal 1998 / 2006. Na medida em este se encontra nos seus dias finais e em que o novo Plano Regional de Emprego ainda não se encontra elaborado, a equipa técnica desta avaliação *ex-ante* entendeu não estarem reunidas as condições para

proceder à análise do grau de coerência entre os objectivos do PRO-EMPREGO e as políticas definidas nesta matéria a nível regional.

Orientações de Médio Prazo 2005/2008

Interessa assim perceber de que forma as orientações e os objectivos do principal documento de estratégia para os Açores – Orientações de Médio Prazo 2005-2008 – se encontram reflectidos no PRO-EMPREGO. A matriz que apresentamos na página seguinte procura sintetizar os contributos do PRO-EMPREGO para a implementação das orientações e dos objectivos contidos neste documento.

Contributos do PRO-EMPREGO para o alcance da política definida nas Orientações de Médio Prazo

[illegible]

Orientações de Médio Prazo 2005-2008 do Sistema Regional de Planeamento dos Açores	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
<u>Ciência, Tecnologia e Inovação:</u> incentivo a iniciativas que visem promover a cultura científica e tecnológica							◀	◀	◀	◀			
<u>Juventude:</u> apoio à participação cívica dos jovens		◀									◀		
<u>Emprego e Formação Profissional:</u> fomento do emprego e da aprendizagem ao longo da vida	◀	◀	◀	◀	◀	◀		◀	◀	◀	◀	◀	◀
<u>Cultura:</u> incentivos à preservação da identidade cultural													
<u>Desporto:</u> investimento público em infra-estruturas desportivas, promoção da actividade desportiva													
<u>Media:</u> apoio financeiro a órgãos de comunicação social e à formação dos seus profissionais		◀											
Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia	◀		◀		◀	◀	◀	◀	◀	◀			◀
Modernização das actividades tradicionais açorianas (agricultura, pesca, floresta)	◀		◀		◀	◀	◀	◀	◀				
Apoio a sectores em crescimento onde existem vantagens comparativas (Turismo)					◀								
Desenvolvimento de sectores emergentes (indústria, comércio e exportação)					◀	◀	◀						
Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades			◀							◀			◀
Saúde: construção, remodelação e equipamento das unidades de saúde; implementação de parcerias para desenvolvimento de programas e acções										◀			◀

Orientações de Médio Prazo 2005-2008 do Sistema Regional de Planeamento dos Açores	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
<u>Solidariedade Social</u> : promoção de estratégia de prevenção do aparecimento ou agravamento de situações de risco		◀		◀							◀	◀	◀
<u>Habituação</u> : promoção da construção habitacional pela via empresarial, cooperativa e particular; recuperação do parque habitacional existente													
<u>Protecção Civil</u> : dotar as corporações de bombeiros de meios e de formação; melhoria da gestão do sistema			◀						◀	◀			◀
Intervenção em Rabo de Peixe											◀	◀	◀
Calamidades													◀
Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes						◀							
Ordenamento do território e da qualidade ambiental													
<u>Transportes Terrestres</u> : obras de construção / reabilitação da rede viária regional; apoio à modernização das frotas dos operadores privados dos transportes públicos terrestres						◀		◀					
<u>Transportes Marítimos</u> : modernização e equipamento das infra-estruturas portuárias						◀		◀					
<u>Transporte Aéreo</u> : modernização e qualificação das aerogares regionais; promoção e dinamização dos transportes aéreos						◀		◀					

Orientações de Médio Prazo 2005-2008 do Sistema Regional de Planeamento dos Açores	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
<u>Energia</u> : reabilitação / ampliação / substituição dos parques de combustíveis													
Afirmar os Sistemas Autónimo e de Gestão Pública										◀	◀		◀
<u>Administração Pública</u> : modernização do sector										◀			
<u>Planeamento e Finanças</u> : preparação e execução do processo de planeamento regional													
Reestruturação do sector público empresarial										◀			◀
<u>Cooperação Externa</u> : intervenções ligadas ao emigrado/regressado, às comunidades emigradas e à integração de imigrantes											◀	◀	

A leitura da matriz permite-nos fazer alguns comentários sobre a coerência do PRO-EMPREGO em relação às Orientações de Médio Prazo e sobre os seus potenciais contributos para a concretização destas:

- O programa alvo desta avaliação apresenta-se como um importante **contributo para a execução das orientações** numa perspectiva transversal, na medida em que apresenta potenciais impactos na generalidade dos itens analisados;

- Os grandes objectivos de desenvolvimento e as medidas políticas de investimento público que mais beneficiarão da aplicação do PRO-EMPREGO são as relacionadas com **a qualificação dos recursos humanos** e com **o aumento da produtividade e da competitividade** da economia;

- O objectivo de **reforço da coesão social** e da igualdade de oportunidades também beneficiará, mas **em menor grau**, com as realizações do PRO-EMPREGO, o que nos leva a considerar que este domínio de intervenção assume um menor peso na globalidade do programa;

Assim, poderemos afirmar que o PRO-EMPREGO não só respeita, como também poderá promover a operacionalização das Orientações de Médio Prazo e dos grandes objectivos de desenvolvimento que as enquadram.

Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2013 (PICTI)

O Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2013 (PICTI) elaborado para a RAA prevê um conjunto de medidas concretas para o desenvolvimento da região nesta matéria. Tendo em conta a necessidade de o

programa alvo desta avaliação vir a suportar, de forma decisiva, a implementação deste plano, foi elaborada uma matriz que analisa o contributo efectivo de cada objectivo do PRO-EMPREGO para a concretização de cada medida do PICTI. Esta matriz apresenta-se na página seguinte.

Contributos do PRO-EMPREGO para a implementação das medidas previstas no PICTI Açores

Medidas previstas no PICTI Açores	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro-empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
Apoiar o desenvolvimento de unidades de I&D acreditadas													
Apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas científicas													
Promover projectos de investigação científica e tecnológica							◀	▲					
Desenvolver acções especiais de elevado interesse regional (resolução de situações de carácter urgente)													
Facultar bolsas de investigação científica e tecnológica		▲						◀					
Incentivar a produção científica													
Facultar bolsas para técnicos de apoio à investigação científica		▲						◀					
Apoiar a realização de cursos de formação avançada								◀					
Apoiar infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica													
Promover projectos de divulgação científica e tecnológica													
Promover o ensino experimental das ciências	▲												
Apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas													
Promover projectos de I&D em contexto empresarial							◀	◀					
Incentivar a inserção de licenciados, mestres e doutores em empresas		▲					◀	◀					
Desenvolver competências em TIC									◀	◀			
Melhorar as acessibilidades às TIC									▲	▲			

Contributos do PRO-EMPREGO para a implementação das medidas previstas no PICTI Açores (continuação)

Medidas previstas no PICTI Açores	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro-empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
Promover a concepção e a produção de conteúdos multimédia													
Promover a modernização e a eficiência administrativa										◀			
Apoiar a aquisição de equipamentos TIC para cidadãos portadores de deficiência													
Promover formação em TIC para cidadãos portadores de deficiência									◀		◀		

Este exercício de cruzamento entre os objectivos do programa e as medidas do PICTI permite-nos chegar às seguintes conclusões:

- os objectivos de intervenção do PRO-EMPREGO contribuem para a implementação de medidas do plano de ciência e tecnologia, assim como a concretização das medidas previstas no PICTI contribuem para o alcance dos objectivos específicos do PRO-EMPREGO, havendo assim uma forte **complementaridade** entre os dois instrumentos;

- O objectivo do PRO-EMPREGO «Fomentar a participação de empresas em processos de I&D», bem como as tipologias de projectos previstas para o alcance deste, representam um **forte contributo** para a implementação de três medidas do PICTI que convergem para a **promoção da qualificação do tecido empresarial** através da introdução de práticas de I&D e da inserção de quadros altamente qualificados;

- Os projectos a dinamizar para o alcance do objectivo do PRO-EMPREGO «Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento», deverão contribuir para a **implementação de cinco medidas do PICTI**, ao mesmo tempo que o PICTI prevê uma medida - «Promover projectos de investigação científica e tecnológica» - que poderá também elevar o grau de consumação deste objectivo do programa;

- O PRO-EMPREGO deverá constituir um importante instrumento para a concretização de medidas no âmbito das **TIC e da sociedade da informação e do conhecimento** previstas no PICTI;

- A **modernização e a eficiência administrativas** deverão ser também um resultado da implementação simultânea dos dois instrumentos de política;

- A promoção do acesso às TIC por parte de **cidadãos portadores de deficiência** é matéria para duas medidas do PICTI que poderão ser apoiadas por projectos do PRO-EMPREGO no âmbito da promoção das condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.

As condições de **complementaridade** existentes entre o PRO-EMPREGO e o PICTI, acompanhadas de **simultaneidade** nas respectivas aplicações, poderão assim configurar factor decisivo para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação na RAA.

Plano de Acção do Instituto de Acção Social (IAS)

Tendo o PRO-EMPREGO uma componente substancial em matéria de desenvolvimento social e inclusão, e não havendo tradição na região no domínio da implementação de políticas FSE nesta matéria, o cuidado em procurar articulações entre o PRO-EMPREGO e o Plano de Acção do IAS deverá ser redobrado.

Após a análise deste plano de acção (versão provisória) foi possível elaborar uma matriz que evidencia os contributos do programa alvo desta avaliação para a implementação das medidas previstas no Plano de Acção do IAS.

Contributos do PRO-EMPREGO para a implementação das medidas previstas no plano de acção do Instituto de Acção Social da RAA

[illegible]

Como é possível verificar, a componente de desenvolvimento social do PRO-EMPREGO deverá ter um contributo decisivo na consumação da grande maioria das medidas propostas no plano de acção em análise. As conclusões a retirar deste exercício são:

- Os projectos a dinamizar para a consumação dos objectivos do PRO-EMPREGO ligados à inserção de jovens e de mulheres no mercado de emprego deverão produzir efeitos ao nível da **intervenção em famílias disfuncionais e em jovens em risco** prevista por duas das medidas do Plano de Acção do IAS;

- Os objectivos do PRO-EMPREGO definidos no domínio do desenvolvimento social apresentam um potencial de **influência transversal** a todo o plano de acção proposto pelo IAS;

- A medida do plano de acção «Gerir a atribuição do Rendimento Social de Inserção» não beneficia de qualquer contributo do PRO-EMPREGO por se tratar de um tipo de intervenção específico de natureza mais assistencialista;

- A medida «Financiar o Observatório Social» poderá eventualmente beneficiar de apoios no âmbito do Eixo 2 – Assistência Técnica – do PRO-EMPREGO.

Poder-se-á concluir assim que o PRO-EMPREGO deverá constituir um importante instrumento no domínio do desenvolvimento social durante o período 2007/2013, o que configura a sua coerência em relação a outros instrumentos de política para o sector.

O Programa Operacional do Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA)

Ao contrário do que se passou no anterior período de programação 2000 / 2006, em que os Açores beneficiaram de um só programa operacional que cobria todas as prioridades de desenvolvimento, entre 2007 e 2013, por força da obrigatoriedade de os programas se constituírem em mono-fundo, a região beneficiará de dois programas distintos: um financiado pelo FSE (aquele que estamos presentemente a avaliar) e outro financiado pelo FEDER, o PROCONVERGENCIA.

Tendo em conta este cenário, interessa, neste exercício de avaliação da coerência externa do PRO-EMPREGO, analisar as potenciais complementaridades e a sinergias resultantes da aplicação dos dois programas operacionais, bem como os riscos de se encontrarem redundâncias ou até mesmo oposições entre os mesmos.

O cruzamento entre os objectivos específicas do PRO-EMPREGO e os objectivos específicos do PROCONVERGENCIA permitiu a construção de uma matriz que nos permite testar as diferentes hipóteses acima enunciadas.

Cruzamento entre os objectivos específicos do PROCONVERGENCIA e os objectivos específicos do PRO-EMPREGO para identificação de complementaridades, de sinergias, de redundâncias e de oposições

[illegible]

Cruzamento entre os objectivos específicos do PROCONVERGENCIA e os objectivos específicos do PRO-EMPREGO para identificação de complementaridades, de sinergias, de redundâncias e de oposições
(continuação)

Objectivos específicos do Programa Operacional dos Açores para a Convergência (FEDER)	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernizaçã o do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernizaçã o na Administraçã o Pública	Incrementar as condições de empregabilid ade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernizaçã o do terceiro sector
Requalificar a rede regional de infra-estruturas													
Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas										◀▶			
Ordenar o território													
Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais					▶	▶							
Valorizar os recursos e promover o equilíbrio ambiental													
Melhorar sistemas de prevenção e de gestão de riscos										◀▶			

A análise do cruzamento entre os objectivos dos dois programas operacionais permitiu-nos apenas encontrar um conjunto de complementaridades e de sinergias, nomeadamente no que se refere ao binómio intervenção material / intervenção imaterial. Não foram encontrados quaisquer redundâncias ou oposições entre as duas intervenções operacionais.

Uma análise mais fina deste exercício permite-nos apresentar as seguintes considerações:

- As principais **complementaridades** entre os dois programas encontram-se em matéria de **qualificação do tecido empresarial** em sentido lato;

- As **acessibilidades às TIC** que o PROCONVERGENCIA pretende promover serão um factor co-adjuvante na consumação dos objectivos do PRO-EMPREGO ao nível do **aumento da sua utilização**;

- A melhoria e a **modernização de equipamentos públicos** de diversas naturezas previstas no PROCONVERGENCIA tendem a produzir efeitos potenciais na indução de **melhorias ao nível das actividades do terceiro sector**.

Plano Nacional

Após a análise da coerência externa do PRO-EMPREGO em relação a políticas e a instrumentos de política regionais, é necessário verificar também esta mesma coerência em relação a políticas definidas no plano nacional.

Deste modo, e dado que o PRO-EMPREGO se enquadra no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), far-se-á de seguida a análise dos impactos potenciais da implementação deste programa nas prioridades estratégicas definidas no documento de apresentação do QREN.

A identificação destes potenciais impactos está documentada na matriz que se apresenta na página seguinte.

Impactos do PRO-EMPREGO nas prioridades estratégicas do QREN (continuação)

Objectivos e prioridades de desenvolvimento do QREN	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
Prioridades Estratégicas													
Garantir a coesão social actuando no aumento do emprego e no reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, na melhoria da qualificação escolar e profissional e promovendo a inclusão social	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀			◀	◀	◀
Assegurar a qualificação do território e das cidades , assegurando ganhos ambientais, promovendo um melhor ordenamento do território e reduzindo as assimetrias regionais de desenvolvimento.					◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀		
Aumentar a eficiência da governação privilegiando a modernização das instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, reforçando a sociedade civil e a melhoria da regulação.										◀			◀

É possível verificar que a concretização plena de todos os objectivos específicos do PRO-EMPREGO produzirá impactos significativos no desígnio estratégico definido para o QREN, o que indicia a transversalidade do programa a este nível. Este elevado grau de coerência é possível porque:

- Os vários objectivos específicos do PRO-EMPREGO contribuem decisivamente para a **qualificação dos açorianos**, através do estímulo pela aquisição de conhecimento e através da promoção da ciência, da tecnologia e da inovação, conforme a primeira prioridade estratégica definida para o QREN;
- O PRO-EMPREGO apresenta vários objectivos relacionados com o aumento da competitividade do tecido económico dos Açores, quer através da **qualificação dos recursos humanos e do emprego**, quer através do estímulo ao **empreendedorismo**, nomeadamente o empreendedorismo **com base em I&D e em inovação**, o que deverá resultar no aumento da produtividade a nível regional (conforme a segunda prioridade estratégica definida);
- Em consonância com a terceira prioridade estratégica, trabalho a desenvolver em matéria de **coesão social** no âmbito do PRO-EMPREGO será focalizado em **intervenções de promoção e de reforço da empregabilidade dos açorianos**, quer através da elevação dos seus níveis de qualificação escolar e profissional, quer através do estímulo à sua capacidade empreendedora;

- Os objectivos do PRO-EMPREGO em matéria de ligação entre o tecido empresarial e as actividades de I&D e em matéria de sociedade da informação e do conhecimento tendem a produzir impactos significativos ao nível da **qualificação do território** (adequada exploração de recursos naturais, atenuação dos efeitos da fragmentação territorial, ...), **reduzindo as assimetrias de desenvolvimento** no interior do arquipélago, bem como as assimetrias entre os Açores e o continente (conforme a quarta prioridade estratégica);
- Os contributos que se esperam do PRO-EMPREGO em relação à **modernização da Administração Pública** e à modernização das instituições do terceiro sector convergem no sentido de se alcançar a quinta prioridade estratégica do QREN.

Conclui-se, assim, que a programação do PRO-EMPREGO apresenta um elevado de coerência em relação às prioridades estratégicas definidas para o QREN.

Plano Comunitário

O arquipélago dos Açores apresenta-se como uma região autónoma de Portugal e como uma região ultra-periférica no contexto da União Europeia. O seu carácter longínquo em relação ao centro da Europa e as suas especificidades, como a fragmentação territorial ou a biodiversidade, confirmam os Açores como um espaço com características especiais no espaço europeu. Contudo, as políticas e os instrumentos de política definidos para a região não podem ficar alheios às grandes directrizes e às grandes prioridades estratégicas definidas pela União Europeia em matéria de desenvolvimento. Esta é, aliás, uma importante alavanca para o desenvolvimento da região: apesar do seu carácter longínquo, pertence efectivamente ao espaço da Europa.

Assim, o exercício de verificação da coerência externa do PRO-EMPREGO deverá também abranger a análise desta coerência em relação às prioridades definidas para o FSE, na Estratégia de Lisboa e na Política de Coesão 2007 / 2013.

Fundo Social Europeu (FSE)

Sendo o PRO-EMPREGO financiado pelo FSE, é necessário avaliar qual o seu grau de coerência em relação às prioridades estratégicas definidas para este fundo. Estando os Açores inscritos no objectivo «Convergência» da política de desenvolvimento do próximo quadro de apoio, a análise a realizar a este nível passará também pelas prioridades estratégicas adicionais definidas para as regiões ao abrigo deste objectivo.

Na próxima página apresentamos uma matriz que permite avaliar quais os contributos do PRO-EMPREGO para o alcance das prioridades do FSE.

Contributos do PRO-EMPREGO para o alcance das prioridades do FSE

Prioridades estratégicas do FSE	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
Promover a aprendizagem ao longo da vida e o aumento do investimento das empresas nos seus recursos humanos.(acesso à formação e desenvolvimento de qualificações e competências).			◀			◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀
Disseminar as TIC , o <i>e-learning</i> , as tecnologias ecológicas e técnicas de gestão .	◀		◀			◀	◀	◀	◀	◀		◀	◀
Promover a iniciativa empresarial, a inovação e o empreendedorismo .					◀	◀	◀	◀				◀	◀
Fomentar o envelhecimento activo e o prolongamento da vida activa.			◀								◀		
Modernizar as instituições do mercado de trabalho, nomeadamente os serviços de emprego (identificação de necessidades, apoio personalizado).		◀		◀	◀						◀	◀	
Implementar medidas de conciliação entre vida profissional e familiar, aumentar a participação e a progressão das mulheres no mercado de trabalho e reduzir modos de diferenciação baseados no género.	◀	◀		◀							◀	◀	◀
Aumentar a participação de migrantes no emprego e reforçar a sua inclusão social.		◀						◀			◀	◀	◀
Facilitar a mobilidade espacial e profissional dos trabalhadores e a integração de mercados laborais transfronteiriços.							◀	◀					

Prioridades estratégicas do FSE	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
Promover medidas de integração e/ou reentrada no mercado de emprego e da formação profissional para pessoas desfavorecidas (melhoria das oportunidades de emprego e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho).				◀							◀	◀	◀
Introduzir reformas nos sistemas de ensino e de formação (criação de redes de ensino superior, de centros tecnológicos e de investigação em empresas)							◀	◀					
Desenvolver parcerias e pactos através da criação de redes entre entidades a nível transnacional, nacional, regional e local.					◀	◀	◀	◀	◀	◀			◀
Prioridades adicionais para regiões inscritas no novo objectivo «Convergência».													
Aumentar o investimento em capital humano através de reformas nos sistemas de ensino e de formação, aumentando a participação na formação ao longo da vida e desenvolvendo o potencial humano na investigação e na inovação.			◀			◀	◀	◀			◀		
Reforçar a capacidade do tecido institucional (parceiros sociais, ONG) e a eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local através do estabelecimento de parcerias entre estes.	◀		◀			◀	◀	◀		◀	◀	◀	◀

Verifica-se que todos os objectivos específicos do PRO-EMPREGO representam um forte contributo para a concretização de uma grande parte das prioridades estratégicas definidas para este fundo:

- A **aprendizagem ao longo da vida** é fortemente estimulada por nove dos treze objectivos do PRO-EMPREGO;

- A disseminação de **novas práticas e de novos instrumentos de apoio à gestão** do tecido empresarial e institucional, como as TIC, tende a encontrar condições favoráveis devido a nove dos objectivos do programa;

- A prioridade ligada à promoção do **empreendedorismo** recebe um contributo positivo de seis objectivos do PRO-EMPREGO, nomeadamente o estímulo ao empreendedorismo ligado à I&D e ao **terceiro sector**;

- O **reforço da empregabilidade para a inclusão**, quer por via da **modernização dos serviços de emprego**, quer por via do **apoio a públicos mais vulneráveis** (trabalhadores menos jovens, mulheres, migrantes, pessoas em situação de exclusão social), está também assegurado através de uma boa parte dos objectivos definidos para o programa;

- O **estímulo à mobilidade dos trabalhadores**, nomeadamente dos mais qualificados, está contemplado através de acções de promoção de estágios de bolseiros da região no estrangeiro e de estágios de bolseiros estrangeiros na região com especial ênfase em projectos de I&D;

- As **reformas previstas ou em curso nos sistemas de ensino e de formação** regionais recebem também um forte contributo por parte do PRO-EMPREGO, na medida em que a ligação entre a Universidade e o tecido empresarial será

fomentada através da **promoção de projectos de I&D em empresas**, assim como através da criação **de novas empresas que capitalizem e apropriem o conhecimento** produzido na região;

- Prevê-se que a consumação de muitos dos objectivos do PRO-EMPREGO, através da promoção de projectos com diversas tipologias, venha a facilitar o desenvolvimento de redes de parcerias entre entidades açorianas e entre estas e outras entidades nacionais e estrangeiras;

- O PRO-EMPREGO configura, sobretudo, um importante instrumento de política para o **investimento em capital humano**, nomeadamente no estímulo à aprendizagem ao longo da vida e no estímulo à investigação e à inovação;

- A promoção dos projectos previstos no PRO-EMPREGO pressupõe que as instituições envolvidas nos mesmos adquiram e consolidem um **maior grau de amadurecimento técnico** (novas abordagens, novas metodologias e novas parcerias) que deverá ser capitalizado em termos de **reforço da capacidade institucional** instalada na região.

Estas são observações que confirmam o PRO-EMPREGO como uma intervenção operacional plenamente coerente em relação às prioridades estratégicas definidas para o FSE.

Estratégia de Lisboa

A União Europeia acordou em 2000, durante a cimeira de Lisboa, uma estratégia de desenvolvimento capaz de colocar a Europa num patamar de competitividade comparável à de outros grandes blocos económicos como os EUA ou o Japão.

Apesar de apresentar características distintas das dos seus competidores que a colocam numa posição de maior dificuldade (diversidade cultural e linguística, fragmentação do território em dezenas de Estados-Nação com soberania, envelhecimento acentuado da população,...) a Europa aceitou o ambicioso desafio colocado pela Estratégia de Lisboa, documento que apresenta um conjunto de prioridades estratégicas de desenvolvimento capaz de tornar o espaço europeu no mais competitivo do mundo, com os maiores índices de desenvolvimento económico e de bem-estar social.

Tendo em conta que a Estratégia de Lisboa se tornou no documento de referência a nível do desenvolvimento de políticas e de instrumentos de política em toda a União Europeia, é fundamental que este exercício de avaliação da coerência externa do PRO-EMPREGO inclua a verificação dos contributos do PRO-EMPREGO para o alcance das prioridades definidas por este documento.

Mais uma vez, a ferramenta utilizada para sistematizar os resultados desta verificação foi uma matriz que cruza os objectivos específicos do programa com as prioridades estratégicas apresentadas pela Estratégia de Lisboa nos domínios macroeconómico, microeconómico e da qualificação, emprego e coesão social.

Contributos do PRO-EMPREGO para o alcance das prioridades estratégicas da Estratégia de Lisboa

Prioridades Estratégicas da Estratégia de Lisboa	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
Domínio Macroeconómico													
1. Fomentar o crescimento, consolidar as contas públicas e controlar o deficit externo	◀		◀		◀	◀	◀	◀	◀	◀			◀
2. Reorientar a aplicação dos recursos públicos dando prioridade aos investimentos indutores de crescimento e criadores de emprego	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀
3. Garantir a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção social													◀
4. Desburocratizar os procedimentos no âmbito da função reguladora e fiscalizadora do Estado e melhorar as condições de livre concorrência										◀			
5. Promover a concertação estratégica no domínio das relações laborais e das grandes opções de desenvolvimento do país													
6. Retomar um processo de convergência real com os níveis médios de rendimento da União Europeia	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀			◀	◀	◀

Contributos do PRO-EMPREGO para o alcance das prioridades estratégicas da Estratégia de Lisboa
(continuação)

Prioridades Estratégicas da Estratégia de Lisboa	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
Domínio Microeconómico													
1. Criar um ambiente de negócios mais atractivo para a iniciativa privada num contexto de regulação reforçada, desburocratizando procedimentos e desenvolvendo a cultura empresarial					◀	◀	◀	◀	◀	◀		◀	◀
2. Incrementar o investimento em I&D, quer de origem pública quer de origem privada e promover a incorporação dos resultados nos processos produtivos, aumentando a competitividade das empresas portuguesas							◀	◀					
3. Promover a inovação, disseminar o acesso às tecnologias de informação de forma inclusiva, explorar vantagens competitivas e reforçar a capacidade de criação de valor pelas empresas							◀	◀	◀	◀	◀		
4. Melhorar a eficiência dos mercados e, em particular, a regulamentação dos serviços, garantindo maior concorrência efectiva, maior competitividade e acesso a <i>inputs</i> produtivos em									◀	◀			

condições mais favoráveis													
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Contributos do PRO-EMPREGO para o alcance das prioridades estratégicas da Estratégia de Lisboa
(continuação)

“Prioridades Estratégicas da Estratégia de Lisboa”	<i>Objectivos específicos do PRO-EMPREGO</i>												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
Domínio Microeconómico													
5. Promover o uso mais sustentável dos recursos naturais													
6. Preservar um Estado Social dinâmico e evolutivo, promovendo a coesão social, territorial e ambiental.				◀							◀	◀	◀
Domínio da Qualificação, Emprego e Coesão Social													
1. Reforçar a educação e a qualificação dos portugueses e adaptar os sistemas de educação e formação às necessidades de criação de novas competências	◀		◀		◀	◀		◀	◀	◀	◀		◀
2. Promover a criação de emprego e atrair e reter o maior número de pessoas no emprego, prevenindo e combatendo o desemprego, nomeadamente de jovens e de longa duração		◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀			◀	◀	◀
3. Gerir de forma preventiva e precoce os processos de					◀	◀	◀	◀	◀				

reestruturação e deslocalização empresarial													
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Contributos do PRO-EMPREGO para o alcance das prioridades estratégicas da Estratégia de Lisboa
(continuação)

“Prioridades Estratégicas da Estratégia de Lisboa”	<i>Objectivos específicos do PRO-EMPREGO</i>												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
<i>Domínio da Qualificação, Emprego e Coesão Social</i>													
4. Promover a flexibilidade com segurança no emprego num quadro de reforço do diálogo e concertação social			◀	◀									
5. Modernizar o sistema de protecção social				◀							◀	◀	◀
6. Desenvolver o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo, a igualdade de oportunidades para todos, a reabilitação e a reinserção, a conciliação entre a vida social e profissional e a igualdade de género		◀		◀							◀	◀	◀

A análise da matriz permite aferir que o PRO-EMPREGO representa um contributo substancial para o alcance da globalidade das prioridades da Estratégia de Lisboa:

- A reorientação de recursos públicos de modo a dar prioridade a **investimentos indutores de crescimento e criação de emprego** e a retoma do **processo de convergência real** com os níveis médios de rendimento da EU são as prioridades do domínio macroeconómico que mais efeitos positivos recebem do PRO-EMPREGO;

- A **criação de um ambiente de negócios mais atractivo** para a iniciativa privada é a prioridade do domínio microeconómico mais reforçada com a aplicação do programa;

- O **incremento da I&D e a promoção da inovação** são áreas fortemente reforçadas pelo PRO-EMPREGO como prioridades no domínio microeconómico;

- As prioridades definidas no domínio do **emprego, qualificação e coesão social** são aquelas para as quais o **PRO-EMPREGO contribui mais decisivamente**.

Há que salvaguardar que uma das prioridades definidas no domínio microeconómico, a que diz respeito ao uso sustentável dos recursos naturais, não recebe qualquer contributo directo do PRO-EMPREGO, podendo todavia receber contributos por efeitos indirectos relacionados com a qualificação do capital humano e com a criação de empresas com base em I&D e conhecimento produzidos internamente.

Em jeito de conclusão, é possível afirmar que o PRO-EMPREGO foi programado de forma a contribuir para o alcance das prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa, nomeadamente nos domínios da ciência, tecnologia e inovação e nos domínios do emprego, qualificação e coesão através da inclusão.

3.3 – Política de Coesão

As Orientações Estratégicas definidas na Política de Coesão 2007 / 2013 foram também analisadas à luz dos objectivos específicos do PRO-EMPREGO.

Poder-se-á concluir que o programa tem um enorme potencial em termos de contributo para a concretização destas orientações, na medida em que todo o programa está estruturado em torno de objectivos relacionados com o fomento e o reforço da empregabilidade dos açorianos, bem como em torno de objectivos de promoção e qualificação do investimento em investigação aplicada e inovação.

Coerência dos objectivos específicos do PRO-EMPREGO em relação às orientações estratégicas da Política de Coesão 2007-2013

Orientações Estratégicas da Política de Coesão 2007-2013	Objectivos específicos do PRO-EMPREGO												
	Reforçar a oferta de técnicos com qualificação adequada para intervir no tecido produtivo	Apoiar a integração de jovens no mercado de emprego	Reforçar as condições de base para a empregabilidade dos activos do sector privado	Apoiar a (re)integração de mulheres no mercado de emprego	Fomentar o espírito empresarial e a criação de novas iniciativas empresariais	Apoiar a modernização das micro-empresas e PME e a qualificação dos empresários e dirigentes	Fomento da participação das empresas em processos de I&D	Apoiar a criação de novas empresas com base em I&D e em apropriação de conhecimento	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização do sector privado	Aumentar o recurso às TIC como instrumento de modernização na Administração Pública	Incrementar as condições de empregabilidade de públicos vulneráveis.	Promover a (re)inserção profissional de públicos vulneráveis no mercado de emprego	Apoiar a modernização do terceiro sector
1. Tornar a Europa e suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀
2. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento	◀		◀		◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀
3. Criar mais e melhores empregos	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀	◀			◀	◀	◀

Estratégia Europeia para o Emprego

Finalmente, é necessário relacionar o PRO-EMPREGO com a Estratégia Europeia para o Emprego, já que esta é definidora de uma política comum no espaço europeu sobre esta matéria.

A análise da relação das directrizes da Estratégia Europeia de Emprego com a estrutura global do PRO-EMPREGO revela que:

- A estrutura de PO proposta abrange a generalidade das directrizes consideradas o que revela a sua coerência face às orientações de política inscritas na EEE;
- É particularmente notória a transversalidade do PO face às directrizes da EEE relacionadas com a qualificação do capital humano e com a qualificação do mercado de emprego.

No que diz respeito à qualificação do capital humano:

directrizes: “alargar e aumentar o investimento em capital humano” e “adaptar os sistemas de educação e formação às novas exigências em matéria de competências”.

No que diz respeito à qualificação do mercado de emprego:

directrizes “melhorar as respostas às necessidades do mercado de trabalho” e “executar políticas de emprego tendo em vista o pleno emprego, melhorar a qualidade e produtividade do trabalho e a reforçar a coesão social e territorial”

A questão do reforço da coesão social e territorial é materializada na lógica global de intervenção, que tende a integrar esta problemática de forma transversal, contudo no que respeita em específico à inclusão social (directriz: “assegurar a existência de mercados de trabalho inclusivos para os desempregados e as pessoas desfavorecidas”) esta é abrangida pela diversidade de intervenções inscritas nos três últimos objectivos do PRO-EMPREGO”.

Síntese conclusiva

O PRO-EMPREGO foi programado de modo a dar resposta a um conjunto de problemáticas identificadas como pontos fracos e como ameaças ao desenvolvimento do arquipélago dos Açores.

O carácter longínquo e ultra-periférico desta região acentuou, durante longos anos, problemas sentidos a nível nacional como a fraca instrução escolar, a baixa qualificação profissional, a debilidade do tecido empresarial ou a insuficiente aposta na investigação e na inovação. Estes são, aliás, problemas sentidos ainda hoje na sociedade portuguesa e sobre os quais é necessário actuar com urgência e eficácia.

O facto de a programação do PRO-EMPREGO ter tomado como prioridade a resposta aos problemas reais da sociedade açoriana não ameaçou a sua coerência em relação às políticas nacionais e europeias em matéria de emprego, empregabilidade, qualificação, inovação e coesão social. Pelo contrário, o elevado grau de coerência verificado a este nível fica a dever-se precisamente a esta preocupação.

Há ainda que realçar que a articulação entre agentes e instituições regionais permitiu também que o PRO-EMPREGO se constitua como um importante contributo para a implementação de políticas e instrumentos de política regionais, bem como a complementaridade entre o PO FSE e o PO FEDER.

2.5. Utilidade global

A avaliação da utilidade global do Programa deverá permitir concluir face à seguinte questão:

O programa representa uma mais valia global da intervenção dos Fundos Estruturais?

↳ Identificação dos efeitos previstos do Programa e da sua sustentabilidade

Os principais resultados directos esperados situam-se no incremento das qualificações profissionais e dos níveis de escolaridade da população, muitas das vezes em simultâneo, pela primazia que assumem as acções de formação de dupla certificação.

Paralelamente é esperado um incremento da duração de experiência profissional factor relevado pelas entidades empregadoras e que dita o combate à obsolescência de conhecimentos e práticas profissionais, por via dos estágios ou da substituição de trabalhadores que se ausentem do posto de trabalho a fim de realizar formação profissional ou em licença.

Junto de públicos desfavorecidos face ao mercado de trabalho, espera-se que as intervenções resultem na sensibilização dos empregadores e na criação de alternativas que conduzam a uma minoração da desigualdade entre géneros.

Espera-se ainda que as intervenções estimulem a aquisição de competências básicas para a empregabilidade da população socialmente excluída.

Para além da melhoria das condições de “empregabilidade por conta de outrem” da população são expectáveis resultados, tais como, o incremento da apetência para criar o próprio emprego ou empresas, com claras sinergias com o incremento de agentes de apoio ao desenvolvimento qualificados para apoiar os novos empreendedores na concretização dos seus projectos.

Por outro lado, a crescente participação das empresas em processos de I&D a partir das intervenções programadas, a crescente qualificação dos recursos humanos em especial em áreas de base tecnológica, a maior capacitação dos activos para lidar com as novas TIC e o incremento de soluções informáticas através da novas TIC para modernizar o sector público são, igualmente, resultados esperados da intervenção.

Os impactes previstos também se encontram identificados no quadro que se segue e, numa perspectiva mais agregadora do Programa, pode dizer-se que a partir das intervenções desenhadas espera-se, por um lado, uma melhoria das condições de empregabilidade da população açoriana, com uma maior igualdade de oportunidades e redução dos desequilíbrios existentes no mercado de trabalho e, por outro lado, uma maior dinâmica no tecido empresarial, mais inovador, produtivo e competitivo, a que se deve associar a maior eficácia e eficiência das organizações do sector público e do terceiro sector.

PROGRAMA OPERACIONAL FSE RA AÇORES (2007/2013) Colocar a intervenção FSE ao serviço das políticas públicas e da valorização do empreendedorismo com vista ao desenvolvimento e à competitividade da RAA	Eixo	Objectivos gerais	Domínio de Intervenção	Tipologia de projectos	Realizações	Resultados	Impactes
1 - Qualificação do capital humano, do emprego e da iniciativa para a competitividade regional	Apoiar processos de modernização do tecido produtivo através do fomento do emprego qualificado, da aprendizagem ao longo da vida e do empreendedorismo	Empregabilidade de jovens	Formação Profissional – <u>Qualificação Inicial</u> : Cursos Aprendizagem; Cursos Ensino profissional/ Escolas Secundárias e Escolas Profissionais; CET.	Cursos de formação inicial de dupla certificação (nível de escolaridade 9.º ano e 12.º ano e de qualificação II e III) Cursos de qualificação profissional (nível de qualificação IV)	Incremento da qualificação profissional da população; Incremento nos níveis de escolarização da população jovem	Melhoria da rapidez de colocação dos jovens no mercado de trabalho; Melhoria da qualidade do primeiro emprego obtido	
			<u>Transição para a vida activa</u> : Planos de estágios; Cursos de reconversão profissional com estágio associado.	Estágios Profissionais; Cursos de reconversão profissional	Incremento da duração da experiência de trabalho; Redução dos jovens com necessidade de reconversão profissional	Colocação no mercado de trabalho; Redução do desemprego de jovens	
		Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado	Formação de activos: Cursos de Educação-formação; Cursos de Actualização/ profissionais qualificados; Job Rotation para a realização de formação.	Cursos de dupla certificação para adultos activos (nível de escolaridade 4.º ano, 9.º ano e 12.º ano e de qualificação I, II e III); Cursos para profissionais qualificados	Incremento da qualificação profissional da população; Incremento nos níveis de escolarização da população	Incremento da participação na ALV; Recolocação no mercado de trabalho; Manutenção do emprego e de melhoria da qualidade do mesmo	
				Licenças de ausência de posto de trabalho para a realização de formação profissional e correspondente substituição temporária do trabalhador ausente	Incremento da qualificação profissional dos beneficiários; Incremento da experiência de trabalho nos trabalhadores substitutos; Redução (temporária) da taxa de desemprego	Incremento da participação na ALV; Manutenção do emprego e melhoria da qualidade do mesmo	
			<u>Apoio à inserção das mulheres em meio laboral</u> : Acções de sensibilização/informação; Job Rotation para apoio à maternidade.	Acções de sensibilização	Incremento da sensibilização da população/organizações para as necessidades de conciliação entre a	Redução na desigualdade de género na contratação de trabalhadores	
				Licenças de ausência de posto de trabalho devido à maternidade e correspondente substituição temporária da trabalhadora ausente	Atenuação dos factores que constituem uma desvantagem à contratação de mulheres; Redução (temporária) da taxa de desemprego	Aumento da população activa feminina	
		Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo	<u>Fomento e disseminação do empreendedorismo</u> : Acções de sensibilização/informação; Cursos formação; Cursos de agentes de desenvolvimento	Acções de disseminação do espírito empreendedor; Cursos de formação em empreendedorismo; Cursos de apoio aos empreendedores para agentes de desenvolvimento	Incremento da apetência por criar empresas; Incremento da “qualificação” dos agentes de desenvolvimento	Aumento do crescimento da criação de empresas	
			<u>Formação Profissional intra-empresas</u> : Formação e acreditação de consultores; Consultadoria-formação a micro-empresas e PME	Cursos de acreditação de consultores empresariais	Incremento de consultores empresariais acreditados	Aumento da produtividade das micro e PME's;	
				Projectos de desenvolvimento organizacional (consultoria/formação)	Incremento da formação/consultoria em empresas de pequena e média dimensão	Manutenção / criação de emprego	

PROGRAMA OPERACIONAL FSE-RA AÇORES (2007/2013)	Colocar a intervenção FSE ao serviço das políticas públicas e da valorização do empreendedorismo com vista ao desenvolvimento e à competitividade da RAA	1 - Qualificação do capital humano, do emprego e da iniciativa para a competitividade regional	Objectivos gerais	Domínio de Intervenção	Tipologia de projectos	Realizações	Resultados	Impactes
			Apoiar a estruturação do sistema de ciência e tecnologia e criar condições para a sua crescente aproximação ao tecido empresarial	Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D	<u>Investigação em contexto empresarial</u> ; Investigação em meio empresarial; Investigação em inter-fases orientados para a dinamização de nova capacidade empresarial	Projectos de investigação em meio empresarial	Aumento da participação das empresas em processos de I&D	Aumento da produtividade das empresas; Incremento da inovação empresarial
					<u>Formação avançada</u> ; Estágios/ bolseiros estrangeiros na Região e bolseiros da Região no estrangeiro; Formação avançada de suporte a projectos de empreendedorismo de base tecnológica	Estágios de bolseiros; Cursos de formação avançada de base tecnológica	Aumento da qualificação profissional dos recursos humanos em áreas de base tecnológica	Aumento do numero de empresas que fazem I&D; Crescimento do numero de novas empresas de base tecnológica
				Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento	<u>Apoio à formação generalizada e especializada em TIC</u> ; Cursos de literacia básica em TIC; Cursos de especialização em TIC; Cursos de formação avançada de apoio a processos de reorganização com conteúdo TIC	Cursos de formação em TIC (literacia básica, especialização, avançada)	Incremento das competências em TIC nos activos	Aumento da produtividade dos activos do sector privado; Incremento da utilização das novas TIC no sector privado
					<u>Qualificação para a modernização e serviços da Administração Pública</u> ; Cursos de apoio à reengenharia de processos de governo electrónico na administração pública regional e local	Cursos de formação (apoio à reengenharia)	Melhoria do governo electrónico	Incremento da utilização de soluções informáticas a partir das novas TIC no sector publico
			Fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis a partir da promoção das suas condições de inclusão social	Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo	<u>Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população açoriana</u> ; Cursos de dupla certificação; Apoio CRVCC.	Cursos de dupla certificação para adultos desempregados e inactivos; Reconhecimento, validação e certificação de competências	Incremento da qualificação profissional da população; Incremento nos níveis de escolarização da população	(Re)colocação no mercado de trabalho
					<u>Projectos-piloto de Formação – Acção para a Inclusão Social</u> ; Projectos de formação para a aquisição de competências básicas de empregabilidade.	Cursos de competências básicas	Aquisição de competências básicas para a empregabilidade da população socialmente excluídas	Prosseguimento de estudos/formação qualificante; (Re)colocação no mercado de trabalho
					<u>Apoio à (re)integração de desfavorecidos em meio laboral</u> ; Apoio à inserção profissional de públicos desfavorecidos em regime experimental; Cursos de apoio técnico ao empreendedorismo para públicos fragilizados e vulneráveis.	Apoio à colocação no mercado de trabalho de públicos desfavorecidos	(Re)colocação no mercado de trabalho de públicos desfavorecidos	Redução do desemprego de desfavorecidos
					<u>Qualificação para a modernização das organizações do terceiro sector</u> ; Consultadoria/ formação para a criação e para o desenvolvimento de projectos de economia social	Cursos de formação de apoio técnico ao empreendedorismo	Incremento da aptidão por criar o próprio emprego ou empresas; Incremento da qualificação dos desfavorecidos em empreendedorismo	Aumento do crescimento da criação de empresas
						Projectos de desenvolvimento organizacional (consultoria/formação)	Incremento da formação/consultoria em organizações do terceiro sector	Aumento da eficácia e eficiência da actuação das organizações do terceiro sector

Porto, 22 de Dezembro de 2006

A equipa técnica

António Manuel Figueiredo (coordenação)

Lurdes Cunha

Lurdes Macedo

Sónia Trindade